
054ª SESSÃO ORDINÁRIA – 17JUN2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

O Sr. Alexandre Darif da Silveira, Presidente da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias – Estaca Porto Alegre, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar de assunto relativo ao programa nacional Mãos que Ajudam 2013.

O SR. ALEXANDRE DARIF DA SILVEIRA: Boa-tarde, Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, estou aqui para apresentar o programa mundial Mãos que Ajudam. Esse é um programa permanente de ajuda humanitária de serviço à comunidade, que mobiliza milhares de voluntários de todas as idades, membros e amigos da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, no Brasil, estendendo a mão a quem precisa.

Quem participa do programa Mãos que Ajudam são os membros da Igreja, amigos e parceiros de outras entidades e instituições religiosas, empresas privadas, órgãos governamentais e outras organizações assistenciais. Nós trabalhamos com esse programa em asilos, orfanatos, creches, escolas, hospitais públicos, e onde houver uma necessidade, o programa Mãos que Ajudam oferece auxílio. Como nós trabalhamos o programa Mãos que Ajudam? Doamos parte do nosso tempo para levar esperança onde existe uma aflição; amor onde há desprezo, serviço altruísta; ajudamos a limpar, reformar e fazer manutenção de escolas e outros lugares públicos; preservar o meio ambiente e apoiar campanhas comunitárias.

O Mãos que Ajudam, no ano de 2012, ofereceu o serviço de armazenamento, onde instruímos como armazenar alimentos, livrando de mofo, incentivando a preservar esse alimento por um período de mais de dois anos. Arrecadamos, no ano de 2012, 43 toneladas de alimento em grãos. Ensinamos as instituições como armazená-las em garrafas PET. Doamos mais de 10 toneladas para 20 instituições da Grande Porto Alegre,

sendo beneficiados alguns institutos, como o do Câncer Infantil, associação dos moradores da Vila São Pedro, Escola Lídia Mochati, SPAM, Casa do Menino Jesus de Praga, Lar Vitória, APAE, Asilo Anjo e outras instituições. Temos algumas imagens desse trabalho, tivemos, inclusive, alguns Vereadores conosco nesse dia, quando trabalhamos para incentivar o armazenamento e o cuidado. Nós sabemos que muitas instituições recebem uma grande quantidade de alimento, e que pode ser perdida se não for acondicionada da maneira correta. Este ano estamos propondo o projeto de doação de sangue para o ano de 2013. Gostaríamos de apresentar o vídeo onde estamos divulgando esse trabalho voluntário.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. ALEXANDRE DARIF DA SILVEIRA: O nosso objetivo é convidar a comunidade para participar dessa ação de doação de sangue, em 27 de julho de 2013, na Av. Princesa Isabel, nº 300, com a Av. João Pessoa, e com parceria com o Hemocentro; vai ficar disponível em nosso estacionamento o ônibus do Hemocentro que fará a coleta de doadores. Esse projeto visa a um trabalho direcionado de uma semana, do dia 27 de julho a 03 de agosto, um incentivo para que todos possamos doar sangue, em que há uma escassez e uma grande necessidade de doação. Faremos, então, o Sábado Solidário. O Sábado Solidário estima que mais de 30 mil voluntários estarão doando sangue no Brasil; mais de 150 cidades serão envolvidas nesse projeto. Várias pessoas serão beneficiadas na região de Porto Alegre e Grande Porto Alegre. O Profeta da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, o Presidente Thomas Monson, deu a seguinte declaração: “Somos as mãos do Senhor aqui na terra com o encargo de servir e edificar os seus filhos. Ele precisa de cada um de nós”.

Sentimos, então, com isso, a necessidade de convidá-los a unirem-se a nós, e fazermos um dia diferente, especial, um dia de voluntariado, um dia de doação de sangue. Obrigado, senhores e senhoras.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Sofia Cavedon assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Alexandre. Convido o senhor para compor a Mesa dos trabalhos. O Sr. Alexandre Darif da Silveira, Presidente da Entidade Igreja dos Santos dos Últimos Dias, traz mais uma vez a esta Casa, talvez pelo menos dois anos, temos aqui a acolhida. Eu conheço, há três anos, o trabalho do programa Mãos que Ajudam, um belíssimo trabalho. Em 2011, eu pude acompanhar a ação junto às escolas, que era uma ajuda fundamental para as escolas, para colocar em dia suas condições para receberem os alunos. No ano passado, nós acompanhamos o trabalho de doação, de ensino do acondicionamento do arroz e do feijão. Eu, pessoalmente, aprendi muito, e a gente vê um trabalho social e comunitário de uma Igreja, e isso nos orgulha e acalenta. Eu quero cumprimentar a Adriana Sarmento que está aqui acompanhando o Alexandre, e que compõe a liderança desse trabalho.

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Sra. Presidente, Ver.^a Sofia; demais Vereadores, Sr. Alexandre, em primeiro lugar, o acolhimento de todas as Bancadas, da nossa Bancada do PCdoB, que é composta por mim e pelo Ver. João Derly, a esse convite de extrema importância. Eu sou profissional da área de Saúde, fui Diretora do Grupo Hospitalar Conceição, e sempre esta é uma questão dada na área de Saúde, e que precisa da participação das comunidades. Na dinâmica do Banco de Sangue do Grupo Hospitalar Conceição foram as comunidades do mais variados segmentos que contribuíram, junto com o Hemocentro. Achei muito importante o seu convite e a participação do Mãos que Ajudam junto com o Hemocentro, porque o Hemocentro, no Rio Grande do Sul, é a grande referência para todos nós. Então, sem dúvida nenhuma, nós vamos ser divulgadores, através da nossa Bancada, e na própria Comissão de Saúde e Meio Ambiente – está aqui o nosso Presidente, Ver. Paulo Brum, eu sou Vice-Presidente. Eu creio, Ver. Paulo Brum, que podemos levar também para a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e estender esse convite que V. Sa. faz a todos nós aqui. Doe sangue, doe vida! (Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Convido a Adriana para compor a Mesa dos trabalhos, para que possamos ter, no seu avental, que é a marca registrada, as imagens deste momento. Alexandre, eu sei que este é o uniforme de trabalho dos voluntários.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente. Eu quero cumprimentar o Sr. Alexandre, em nome da nossa Bancada, meu e do Ver. Bernardino Vendruscolo, e dizer que eu estava ouvindo atentamente, e estava lendo sobre o conceito do programa Mãos que Ajudam. Que maravilha! É disso que o nosso País está precisando, o ser humano está precisando. E tem uma frase aqui que me deixou bastante encantando: “Ensine o homem a amar”. Basta isso, que já será um grande feito no mundo. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Tarciso. O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Ver.^a Sofia Cavedon, na presidência dos trabalhos, eu quero apresentar aqui ao Sr. Alexandre Darif da Silveira os cumprimentos não apenas pela religião que representa, de alto respeito, como também a consideração em torno da grande obra benemérita que realiza. E eu o faço em nome dos Vereadores João Carlos Nedel, Mônica Leal e em meu próprio, ou seja, em nome do Partido Progressista. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Ver.^a Luiza Neves está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LUIZA NEVES: Ver.^a Sofia, na presidência dos trabalhos; eu quero saudar aqui o Sr. Alexandre da Silveira, Presidente, através desse programa nacional Mãos que Ajudam 2013, louvar essa iniciativa, e dizer que a Câmara Municipal está de portas abertas. Eu falo aqui em nome da minha Bancada, dos Vereadores Dr. Thiago, Nereu D’Avila, Márcio

Bins Ely, Mario Fraga, Cláudio Janta e Delegado Cleiton, e dizer da importância dessa iniciativa, através da doação de sangue que vai tanto beneficiar a população de Porto Alegre, beneficiando o sistema de saúde. Lendo este folheto que vocês distribuíram, uma frase reflexiva me chamou a atenção: “O exemplo é capaz de mobilizar aqueles a quem as palavras não convence”. Parabéns pelo exemplo que vocês estão nos dando, e parabéns pelo excelente trabalho. Que Deus abençoe!

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Presidente Alexandre, em nome da nossa Bancada, em meu nome, da Ver.^a Lourdes Sprenger, Ver. Valter Nagelstein e do Professor Garcia, eu queria cumprimentá-lo e dizer que nós tivemos uma experiência, há uns 15 dias, quando estivemos em São Francisco, na Califórnia, e encontramos um irmão Mórmon, que, nos ouvindo falando em português, nos perguntou se éramos do Brasil. Ele contou da experiência que ele teve trabalhando no Pará, na Amazônia, no meio de onde as pessoas muito precisam. Eu quis referir esse encontro com este Mórmon, fantástico, uma simpatia, com mais outros irmãos que estavam com ele, para dizer que essa Igreja realmente não está só em Porto Alegre. Ela está onde as pessoas precisam. Cumprimentos pelo convite: “Se você também quer servir, junte-se a nós”. É um belo convite. Cumprimentos.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Estou substituindo o nosso Presidente, a nossa Bancada está envolvida, hoje, no tema Cais do Porto, assim como o Presidente e alguns Vereadores. Eu quero que vocês saibam que a nossa Bancada reconhece a livre adesão das pessoas a um credo religioso, à sua organização, ao seu direito, é crítica, quando, às vezes, alguma Igreja tenta impor, via lei, o seu credo. Há uma movimentação social importante em relação a isso, que não é o caso da Igreja que aqui demonstra hoje mais uma nova ação, importante, a Igreja conhecida como Igreja dos Mórmons. Quando a gente vai lá e vê, acompanha as atividades, que há um convite de forma geral à sociedade, à comunidade; as suas idas nos espaços da sociedade, das escolas, não tem a ver com

imposição de credo religioso, tem a ver com obras que demonstram a fé. Parabéns pela iniciativa da campanha de doação de sangue. Desta vez vocês vão mexer com uma questão de envolvimento corporal, como é de outras maneiras, intervindo no meio ambiente, mas agora é essa a disposição. Eu achei corajoso, muito importante e extremamente necessário. Recebam também os cumprimentos da Bancada do Partido dos Trabalhadores, com a permissão dos Vereadores aqui, em função de ser este o lugar. Eu queria agradecer sua presença, e passo a palavra ao Sr. Alexandre Darif da Silveira para as considerações finais.

O SR. ALEXANDRE DARIF DA SILVEIRA: O programa Mãos que Ajudam, como eu relatei, é um programa mundial, mas as cores usadas nesse programa, quando começou em nível mundial, vimos que o Brasil era um grande exemplo de ação solidária. Por isso, mundialmente, o colete é nas cores amarelo, verde e azul. Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada. Que vocês tenham sucesso, e que a sociedade compreenda e emita belíssimos exemplos que a gente vê realizado pela ação a partir de uma fé religiosa. Parabéns!
Suspendo os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h38min.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): (14h40min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.)

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Ver.^a Sofia Cavedon, na presidência dos trabalhos; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho à tribuna para fazer o relato da viagem a Curitiba, quando estivemos reunidos com alguns Vereadores da Capital, especialmente com o Presidente da Frente Parlamentar de Direitos Humanos, que trata da política pública voltada para área da Infância e da Juventude, especialmente nas questões que envolvem, também, o combate à mendicância, à doação de esmolas nas sinaleiras, nas esquinas. E Curitiba é um exemplo nesse sentido, no Brasil, pelas ações voltadas para a conscientização da população.

Naquela ocasião, tivemos a oportunidade, não só com o Presidente da Frente Parlamentar Direitos Humanos, Ver. Chico, mas também com o Ver. Píer, do nosso Partido, do PTB, com o Presidente da Casa e demais Vereadores, de ver as ações voltadas especialmente nas esquinas de Curitiba, onde há cartazes de conscientização, dizendo: “Criança quer futuro. Não dê esmola”. Nas esquinas de Curitiba há esses cartazes em lugares estratégicos, em locais de fácil visualização, quando os motoristas, os transeuntes, enfim, passam e veem afixados ali, de forma bem visível, para a conscientização da população: “Criança quer futuro. Não dê esmola”.

Semelhantemente, aqui no Estado do Rio Grande do Sul, São Leopoldo desenvolve essa função. Eu mostro aqui um dos cartazes, colocados na rodovia (Mostra fotografia.), que diz: “Não dê esmola. Dê cidadania”. E ali, então, traz, logo abaixo, os telefones do Conselho Tutelar para que a pessoa possa denunciar essas situações.

Ao dar esmola, você ajuda a manter a criança na rua. Essa é a proposta que estamos trazendo para a cidade de Porto Alegre, que é justamente um trabalho de conscientização, um trabalho de poder elucidar a nossa população da importância de não contribuir para que essas crianças permaneçam nas ruas; mas não somente as crianças, mas que as mães, as famílias sejam inseridas nos programas sociais que existem hoje à disposição no município de Porto Alegre, juntamente à Fundação de Assistência Social, que hoje disponibiliza uma série de programas sociais voltados para o combate à mendicância.

Portanto, Presidente, este é o nosso relatório de viagem. Neste sentido, portanto, trago essa a contribuição para o município de Porto Alegre; *a posteriori* também estaremos fazendo uma agenda com o Presidente da FASC para darmos andamento nessa proposição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Ver.^a Séfora Mota está com a palavra em Tempo Especial.

A SRA. SÉFORA MOTA: Ver.^a Sofia Cavedon, na presidência dos trabalhos; os que nos acompanham pela TV Câmara, na última semana, em Brasília, representando a Câmara de Vereadores, do Seminário Nacional das Procuradorias Especiais da Mulher da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Promovido pela bancada feminina, o Seminário discutiu o fortalecimento e a capacitação da Rede de Procuradorias nos Estados e Municípios e a participação feminina nos parlamentos. Entre os temas debatidos, a experiência da Secretaria da Mulher do Distrito Federal e o combate à violência e à capacitação em temas de gênero voltado para o Legislativo. Temas fundamentais para as mulheres e para que mais políticas públicas de igualdade e proteção sejam aplicadas em Porto Alegre. Como mulher, eu sei das dificuldades e as desigualdades de gênero que ainda existem. A mulher precisa aumentar, e muito, o espaço nos legislativos. Nós já estamos caminhando para isso. Precisamos de mecanismos políticos e práticos para esse desenvolvimento e entre esses mecanismos estão as procuradorias. Eu estive ao lado da Ver.^a Jussara Cony aprendendo o funcionamento das procuradorias, que já existem em cinco Estados e em outros dez já têm projetos de implantação. Infelizmente, o nosso Estado não está entre esses em que a procuradoria se torna realidade. Infelizmente, aqui, nós ainda não temos, mas vamos ter. Com isso, eu e a Ver.^a Jussara Cony, junto com as demais colegas, também queremos e vamos trabalhar pela implantação desse importante órgão de apoio e proteção à mulher, aqui na Câmara. Não podemos mais ficar para trás. Temos o Estado onde mais violência acontece contra a mulher, onde mais mulheres são covardemente mortas.

E por todas essas questões urgentes, que envolvem a nós, mulheres, que também estive na Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres conversando com a coordenadora do Centro de Referência, Luana Grillo. No mês passado, participei de uma reunião na Restinga, em conjunto com a nossa Secretária Adjunta da Mulher de Porto Alegre, Waleska Vasconcellos, para acertar a criação de um Centro de Referência de

Atendimento à Mulher no Bairro, [que eles tanto querem], um dos mais violentos da nossa Capital e, por isso, fui buscar o apoio da Secretaria Nacional.

Infelizmente, o prazo para apresentação dos projetos para este ano já terminou. Ficaremos mais atentos para não ficarmos mais fora de nada disso. Por outro lado, fiquei muito feliz em saber que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre apresentou um Projeto pedindo verbas para uma pesquisa de enfrentamento à violência doméstica. Um mapeamento muito importante que demonstra a vontade da cidade de encarar de frente esse problema com políticas públicas eficientes.

Além de defender a igualdade de gêneros, todos sabem que eu defendo, também, a igualdade de todos, e pensando nisso, nós criamos, aqui na Câmara, a Frente em Defesa dos Direitos das Pessoas com Qualquer Tipo de Deficiência, que vai ter a primeira reunião no dia 8 de julho, no Teatro Glênio Peres. Eu quero todos vocês lá. Já aproveito para convidá-los. E para tratar desse assunto, em Brasília, eu conversei, na Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Lá, fui muito bem recebida pelo Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antônio José Ferreira, que ficou muito feliz com a nossa Frente, e confirmou a presença na instalação da nossa Frente, no dia 8. Conheci todos os projetos desenvolvidos pela Secretaria e, principalmente, esse Plano maravilhoso, que é o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Viver Sem Limites.

Porto Alegre já assinou uma parceria com o Governo Federal para a gente captar recursos. Como já está acabando o tempo, eu só quero ressaltar que essa Frente é muito importante para a gente lutar para que esses direitos sejam cumpridos, para a gente lutar para que Porto Alegre tenha um centro de reabilitação e para que a gente consiga inserir e trabalhar a inserção dessas pessoas, a acessibilidade, sempre na luta pelos direitos das mesmas.

Eu só quero justificar que, na semana passada, infelizmente, a nossa CPI não teve quórum, mas, como eu já relatei aqui, eu não estava. E esta semana, Ver. Cláudio Janta, estarei lá. Conto com a presença de todos nessa CPI tão importante, que é a da Telefonia, para que a gente toque isso e a leve à frente. Ninguém vai faltar esta semana. Queremos todo mundo junto. Bom, por ora, é isso. Muito obrigada pela atenção de todos.
(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.)

O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO FRAGA: Ver.^a Sofia Cavedon, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público das galerias, público que nos assiste pela TVCâmara, colegas da SMURB, sejam bem-vindos a esta Casa. Ver.^a Sofia, o meu tema, hoje, diz respeito, em especial, ao PDT e a V. Exa., que é educadora, é professora; são temas que tratamos aqui na semana retrasada, Ver.^a Sofia. Num primeiro momento, recebemos da Secretária Cleci um relato sobre a Escola Leopoldo Neis, no Morro da Embratel, e essa escola ficará funcionando até que a outra escola, a escola municipal que será feita no Morro da Embratel, esteja concluída. Então, a notícia, para aquelas pessoas que estiveram aqui na semana passada, se tudo se confirmar, é que, na próxima segunda-feira, dia 24 de junho, dia de São João, o edital da escola do Morro da Embratel estará na rua. E a Secretária Cleci vai além: ela diz que o início das obras será em outubro deste ano, cujo prazo de conclusão é de 180 dias, se tudo correr dentro dos conformes, como a Secretária nos relatou. Então, Ver.^a Sofia, teremos mais uma escola lá. Mas eu levei essa notícia para a comunidade, no final de semana, e a comunidade ainda não ficou contente, porque são duas localidades diferentes – eu ainda não tinha ido ao local –, uma ao lado do Hospital Divina e a outra no outro lado da Av. Oscar Pereira. Então, neste primeiro momento, uma parte da comunidade fica contemplada e outra parte ainda não.

E eu queria que V. Exa. me ajudasse, Vereadora, e demais Vereadores que tratam com esta comunidade, para que a gente possa, no decorrer deste ano, ir falando com a Secretária e, talvez, com o Prefeito José Fortunati sobre a Escola Leopoldo Neis, porque, no futuro, as freiras fecharão essa escola, e o local ficará para um estacionamento ou para uma futura construção do Hospital Divina Providência. Mas não é isso que a comunidade quer.

Então, estaremos tratando desse assunto e esperando que, na segunda-feira, dia 24, para nossa alegria, para nossa satisfação, o Governo do PDT e dos demais Partidos que formam a base se deem por contentes, pois a SMED terá colocado o edital da escola na rua na próxima segunda-feira.

Por outro lado, Ver.^a Sofia, hoje, o Governo Tarso Genro – veja bem Ver. Nereu D’Avila –, descontou, na folha de pagamento, no salário dos professores que fizeram a paralisação pelo Piso Nacional, os dias parados. Ou seja, os professores estaduais que receberam neste último mês, Ver. Fernanda, “esse mundo de dinheiro”, tiveram descontados os três dias parados por conta da paralisação, Ver. Pedro Ruas. Hoje, consta, na página dez do nosso Diário Oficial, que o Governo descontou esses três dias dos professores. Vejam como é um dia depois do outro, Ver.^a Luiza Neves: a Bancada do PT, aqui, nos coloca situações sobre as escolas municipais do nosso Município e não discute, nenhuma vez, sobre o Piso que o Tarso Genro, quando era Ministro, estabeleceu e que, hoje, no Brasil está R\$ 1.401,00. Mas aqui em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, quem está no início da carreira não recebe o Piso ainda. O Piso que os professores estão recebendo, hoje, no Rio Grande do Sul é de R\$ 1.200,00, e o Governo do Tarso Genro ainda quer descontar pelos três dias de paralisação que os Professores do Rio Grande do Sul fizeram. Sobre isso ninguém fala nada; isso é um absurdo.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa-tarde, Ver.^a Sofia Cavedon, na presidência dos trabalhos; demais Vereadores, público das galerias, pessoal da SMURB que está presente, pessoal da Câmara, público que nos assiste pela TVCâmara; uso o espaço de Liderança do PSB para me manifestar a respeito de um tema que já está, há um bom tempo, na pauta das notícias em todo o País e com o qual tenho muita afinidade: o transporte coletivo. Nesse assunto, quero destacar algumas questões que são a qualidade do transporte coletivo, o valor da passagem e a segurança. Somente resolvendo essas questões podemos evitar o caos no transporte coletivo. A onda de manifestações contrárias ao aumento de passagens de ônibus, iniciadas em Porto Alegre, e que já se alastrou por diversas cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, mostrando a inconformidade da população em pagar um valor alto para ter um serviço que nem sempre atende às suas necessidades. O cidadão paga caro, precisa esperar um longo tempo na parada e ainda faz a viagem em pé, apertado entre outras

dezenas de passageiros. Em conversas com funcionários da categoria dos rodoviários aqui da nossa Cidade, categoria da qual faço parte, percebo que, infelizmente, a isenção de alguns impostos pagos pela empresa de transporte coletivo, pleiteada pelo nosso Prefeito José Fortunati e concedida recentemente pelo Governo Federal, não será suficiente para uma redução significativa da passagem, isso porque esses impostos não têm tanto peso nas planilhas de custo das empresas. É uma redução bem-vinda, com certeza, mas não será suficiente. Temos que pensar em alternativas para que o pagamento da passagem não seja tão doloroso ao bolso do trabalhador. Nesse sentido, o meu amigo Beto Albuquerque, Deputado Federal, apresentou duas Emendas à Medida Provisória que promove a desoneração do transporte coletivo com o objetivo de avançar um pouco mais. Em uma das Emendas, o Deputado amplia a isenção dos impostos na compra de veículos destinados ao transporte coletivo. A segunda Emenda apresenta imediata redução das tarifas pelas empresas beneficiadas, com a desoneração de contribuições. Com relação à qualidade de transporte coletivo, se queremos iniciar a sustentabilidade e uma boa mobilidade urbana, precisamos concentrar investimentos nessa área. Quem tem carro só vai deixar o seu veículo na garagem e ir ao trabalho de ônibus se esse serviço for de qualidade; caso contrário, o motorista que pode optar por andar de carro, mesmo ficando horas em um engarrafamento, assim o fará. O transporte coletivo de qualidade é o primeiro passo para que as cidades tenham menos poluição e um trânsito melhor, servindo também para a economia dos trabalhadores, pois custa menos andar de ônibus a pagar o combustível do carro, mais o estacionamento, etc.

Por último, quero fazer referência à notícia veiculada na semana passada no jornal da Globo sobre o pavor enfrentado por motoristas, cobradores e passageiros de ônibus em Belo Horizonte, que são vítimas diárias da violência de gangues que entram pela porta de desembarque ou pulam a roleta, depredando os veículos e agredindo os motoristas e cobradores. Nem as câmeras de segurança instaladas nos veículos inibem a ação violenta desses. Conforme o Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte, estão acontecendo de quatro a seis agressões por dia a motoristas e cobradores. A categoria dos rodoviários presta um serviço essencial no dia a dia de todos os brasileiros. É inadmissível que esses profissionais tenham que conviver com o medo e com as agressões durante a sua jornada de trabalho. Fiz questão de falar sobre essa notícia porque precisamos reforçar a segurança em nossos ônibus e no transporte coletivo em

geral, a fim de evitar que esses vandalismos contra os trabalhadores rodoviários e contra os passageiros cheguem aqui em Porto Alegre. Essas agressões, para mim, são muito erradas porque nas últimas manifestações, até quem não tinham nada a ver com a situação, como os donos de lojas do Centro, foram prejudicados porque tiveram que fechar seus estabelecimentos. Eu acho que essa solução deve ser tomada, mas não com agressões, como as que estão acontecendo em Porto Alegre; devemos tomar alguma medida antes que aconteça uma tragédia maior. Que essa medida seja tomada agora, na raiz do problema, antes que aconteça alguma coisa pior. Tem que ser uma manifestação pacífica, tranquila para que se chegue a uma solução, porque a população precisa e todos nós estamos à disposição, os 36 Vereadores. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Vereador. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sra. Presidente da Sessão, Ver.^a Sofia Cavedon; Vereadores, Vereadoras, uma foto foi amplamente veiculada nas redes sociais, e posteriormente foi para a imprensa: era a foto de uma jovem paulista que segurava um cartaz dizendo: “Desculpem o transtorno, estamos mudando o Brasil”. E o melhor é que essa jovem paulistana, de fato, está coberta de razão. Há muito tempo o Brasil não via um amplo movimento da juventude nacional, que começou com a pauta da tarifa do transporte coletivo, que é um abuso em todas as cidades. São 37 milhões de brasileiros que não têm recursos para poder andar de ônibus diariamente, que estão tolhidos do direito de ir e vir pelas tarifas abusivas e pelo transporte superlotado. Em geral, os empresários lucram milhões de reais, em conluio com as Prefeituras e com os governantes. Porto Alegre deu o exemplo, Ver. Pedro Ruas, quando em um amplo processo de mobilização – em março deste ano –, a juventude tomou as ruas. Foram 10 mil jovens exigindo a redução da tarifa de ônibus em nossa Cidade. Esse movimento, que durou semanas, culminou com a nossa Liminar, minha e de V. Exa., que conquistou a redução da tarifa na cidade de Porto Alegre. O aumento passou a vigorar no dia 22 de março e, no dia 04 de abril, em uma manifestação abaixo de chuva – os jovens fazendo a sua mobilização –, nós estávamos lá, em frente ao Fórum, para saber a determinação do

Juiz, Dr. Obara, em relação à nossa liminar, o qual nos deu razão e garantiu a redução da tarifa do transporte na cidade de Porto Alegre.

Esse movimento inspirou os jovens em outros lugares, que utilizam o *slogan* “Vamos Repetir Porto Alegre!” E não é à toa, porque foi um amplo processo de mobilização, amplamente apoiada pela população, que conquistou a redução da tarifa em nossa Cidade. Em São Paulo, Rio de Janeiro e várias outras Capitais fizeram um protesto nacional, na semana passada, dia 06 de junho, e nós vimos verdadeiras cenas de barbárie da violência policial, da tentativa de criminalizar o movimento por ações individualizadas de um ou dois integrantes que podem, inclusive, ser infiltrados para atrapalharem os atos da juventude que ocupa as ruas. A imprensa tentou criminalizar, usando os meios de comunicação. Eu me lembro de um comentário do Jabor, dizendo que os manifestantes não valem 20 centavos; para mim, valem mais de 100 milhões, porque são jovens que voltam a ocupar o espaço público como forma de garantir as grandes transformações de que o nosso País precisa. Na verdade, valem por 200 milhões de brasileiros, porque a juventude está escrevendo a sua própria história. Essa mesma juventude, que fez a mídia ser obrigada a dar a versão dos fatos, ser obrigada a mostrar a jornalista que vai perder a visão porque foi atingida por uma bala de borracha, quando os manifestantes, com as mãos ao alto, diziam “Sem violência”; tomaram bala de borracha no olho – jornalistas, estudantes e trabalhadores. Essa mesma mídia, que está sendo obrigada a mudar a sua linha editorial pelo peso das redes sociais, agora é obrigada a falar das razões do protesto e discutir sobre elas. Pior que isso foi a unidade PT e PSDB de mãos dadas para criminalizar o movimento. Lá em Paris, o Alckmin e o Haddad estão fazendo de tudo para tentar criminalizar a luta dos jovens que ocupam São Paulo. O Ministro da Justiça está colocando as forças armadas à disposição para reprimir jovens; pois eu quero as forças armadas e a Polícia Federal investigando quem assassinou o indígena lá em Mato Grosso do Sul e não reprimindo os jovens que estão escrevendo a sua própria história. E são jovens influenciados pelas mudanças na conjuntura internacional, pelos indignados da Espanha; pelo movimento dos jovens em Portugal; pelos jovens que estão na Turquia, agora, chamando “Fora Erdogan”, cansados de ausência de democracia, de corrupção, de bilhões para a Copa e de transporte caríssimo no nosso País e nas nossas cidades. E é por isso que nós estamos aqui, nesta tribuna, fazendo uma saudação. O Brasil mostrou a sua cara, e a juventude, que no nosso País

mudou muita coisa – derrubou a ditadura, garantiu o petróleo é nosso, tomou as caras contra o Collor –, volta às ruas, e nós poderemos escrever outra história para o Brasil. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Boa-tarde a todos os colegas aqui no plenário, a todas as Vereadoras e Vereadores; à Ver.^a Sofia Cavedon, que preside a nossa Sessão; a todos os que nos assistem em casa e aqui nas galerias. Venho aqui, em nome da nossa Bancada – do Ver. Marcelo Sgarbossa, do Ver. Mauro Pinheiro, do Ver. Eng^o Comassetto e da Ver.^a Sofia Cavedon –, trazer a nossa preocupação com a condução, com a reação por parte das Polícias Militares em relação às manifestações de rua que estão acontecendo no País. De forma alguma é essa a melhor maneira de construir-se uma democracia, Ver.^a Sofia Cavedon. As polícias, em um ambiente democrático, têm que ser as primeiras garantidoras de toda a liberdade individual, Ver. Cláudio Janta, garantindo a possibilidade de todos aqueles que queiram manifestar o seu direito de irem às ruas e manifestarem-se seja contra quem ou o que for. E o que estamos vendo ainda são, sim, heranças de um tempo em que as polícias eram usadas pelo ordenamento político deste País para evitar que os manifestantes saíssem às ruas. Não é esse o ambiente do País que nós estamos construindo. Portanto, é necessário e urgente que os governos estaduais, aqueles comprometidos... assim como ocorreu aqui em Porto Alegre, Ver. Pedro Ruas, nas históricas manifestações, há um mês, contra o aumento da passagem, em que não houve nenhum episódio de violência por parte da Polícia; pelo contrário: a nossa Brigada Militar se portou de forma muito correta ao longo daqueles episódios, até sofrendo pressão de alguns veículos da mídia e de algumas lideranças que se incomodam sempre que a juventude vem para rua. Porém, recentemente, a partir do episódio da repressão aos movimentos em São Paulo, há uma contaminação que precisa ser denunciada. E nós, como atores políticos democráticos comprometidos efetivamente com os movimentos sociais, que não tememos os jovens e a classe trabalhadora na rua, devemos barrar qualquer tipo de contaminação violenta nesse momento da história do

Brasil. Isso não condiz com esse momento da história do País. Porém, é preciso que seja dito à Ver.^a Fernanda, que não somos nós que estamos, nesse caso, ao lado dos Democratas e do PSDB vaiando a Presidente Dilma; quem está ao lado dos Democratas e do PSDB, no Congresso Nacional, na maioria das manifestações contra os avanços deste Governo, é o PSOL, que sempre se coloca contrário aos avanços ocorridos neste momento, no País. E não há que se confundir, porque o Brasil está reescrevendo um novo capítulo da história, na contramão daquilo que ocorre hoje na Grécia, na Itália, em Portugal, na Espanha... Aqui, no Brasil, nós temos um modelo de desenvolvimento sendo construído contra a vontade dos atores internacionais, contra o FMI. Infelizmente, alguns não têm a maturidade de compreender isso e confundem os seus interesses por chegar ao Governo com a responsabilidade histórica de apoiar esse projeto nacional que vem sendo construído nos últimos 10 anos no Brasil.

Portanto, trago aqui o nosso desejo e empenho para que não ocorra nenhum tipo de violência nas ruas, muito menos na nossa Capital, Porto Alegre, que hoje serve, sim, de referência para mobilizações de rua em todo o País. E que bom que assim seja e que sempre seja esta a cara de Porto Alegre: uma Cidade rebelde, uma Cidade na rua, mas sem violência! E que as nossas instituições consigam conduzir esse momento com toda a tranquilidade, mas nunca confundindo a vaia daqueles que são contra o processo de inclusão social que está em curso no Brasil, hoje, com a vaia daqueles que querem, sim, um País cada vez melhor e mais justo, porque com esses nós sempre estaremos ao lado! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(O Ver. Waldir Canal assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu até ia falar *en passant* da vaia da Presidente, e, para tranquilizar o Ver. Alberto, eu acho que não foi uma vaia para a Presidente Dilma, foi uma vaia para todo o Governo, inclusive para o meu Partido que dele faz parte, para aquela parte do Partido. Eu ouvi, hoje,

algumas desculpas que diziam “mas lá não estava o Bolsa Família”, mas eu não quero entrar nesse lado porque eu acho que não precisa. O problema é que o povo brasileiro começou a sentir o navio com o casco furado. E, quando o navio fura, por menor que seja esse furo – e o furo não é tão pequeno, a inflação está subindo... Por mais que a Presidente queira dizer que é terrorismo, não é terrorismo! As pessoas que vão ao supermercado, que precisam comprar alguma coisa, veem que não é terrorismo, a inflação está grande! E aquela vaia de ontem foi, certamente, para essa derrocada que está tendo a nossa economia, a nossa falta de competitividade, a nossa falta de rumo. Então, eu acho que a Presidente Dilma tem que agradecer a vaia que ela levou para que acorde o Governo, porque as coisas não estão boas. O povo está endividado, e agora veio mais um favorzinho: mais R\$ 5 mil para financiar a mobília do Minha Casa, Minha Vida! Ora, se as pessoas já não estão conseguindo pagar as prestações do Minha Casa, Minha Vida, que não é nenhum favor do Governo, agora vão se endividar mais um pouquinho!

Agora, eu também quero falar das manifestações de rua, Ver.^a Fernanda Melchionna. Eu ouvi, na semana passada, a sua preocupação com a Turquia; lá também, como aqui no Brasil, não é uma causa só; não era a praça que estava sendo desapropriada, essa foi a gota d'água. Assim como aqui no Brasil, quando as manifestações começaram pelo aumento das passagens. As manifestações representam uma represa que furou. O que são as represas? Ver. Janta, V. Exa. conhece muito bem esse assunto. O que o Governo do PT fez? Encheu de dinheiro os sindicatos, as centrais sindicais; acho que a Força Sindical ganhou pouco, pois V. Exa. é um homem pobre. Eu não vejo grandes manifestações da CUT, por exemplo. A UNE está cheia de dinheiro também! Eu não vejo suas manifestações! Parece que os sem-terra viraram latifundiários, porque estão tão quietinhos! Represaram os sem-terra também! E tem mais: calaram os empresários, que o diga o Eike Batista! O Governo pegou para ele o Friboi, o Eike Batista, e ninguém reclama de nada! E essas manifestações estão acontecendo em todo Brasil, para reclamar de tudo isso. Os novos caras-pintadas já estão aí – os outros já estão velhinhos, de cabelos brancos. É lógico que aqueles que fazem a baderna não representam nenhum desses movimentos, mas tem muita gente reclamando dessas coisas que o Governo do PT fez, calou, calou, calou, mas terminou. Não conseguem mais calar o povo brasileiro, nem a juventude, e as coisas estão na rua, porque o Governo é muito ruim.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, eu tenho uma dúvida: gostaria de saber se a Casa já recebeu aquele Relatório que a Prefeitura mandou para o Ministério Público. Eu e outros Vereadores fizemos um pedido ao Presidente; o Ver. Ferronato conversou com o Governo, e disseram que iam mandar para a Câmara, e, até agora, não chegou. Já se passaram dez dias. Gostaria de ter acesso a esse Relatório, e pergunto se já veio para a Casa ou não. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Vou consultar a assessoria, e, logo em seguida, lhe dou uma resposta.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, eu não posso, Ver. Alberto Kopittke, responder-lhe neste tempo, porque é um tempo de oposição, mas, obviamente, eu acho que V. Exa. se excedeu. Haverá momento oportuno para eu lhe dar uma resposta de tribuna, que não é agora.

O que eu acredito que nós possamos e devemos fazer neste momento é colocar o que está ocorrendo agora, Ver.^a Fernanda Melchionna, no dia de hoje, em todo o Brasil, concentrado em Porto Alegre.

O jornal Correio do Povo traz, hoje, uma matéria importante, Ver. Idenir Cecchim, que mostra esse procedimento que é habitual dos empresários de ônibus, um procedimento de chantagem em relação à população e ao próprio Governo Municipal. O que dizem os empresários de ônibus, hoje, no Correio do Povo? “Não renovaremos a frota”. Ora, é a chantagem – e aí, dizem claramente: “em função da tarifa reduzida”. É uma chantagem, Ver. Ferronato, Líder do Governo, em relação à população, mas em relação ao Governo Municipal, também. Nós sabemos como isso funciona. Nós não vamos aceitar esse procedimento. E digo mais: na verdade, o que esses empresários não se deram conta é que isso tudo está saindo muito barato para eles. Muito barato, Ver. Mario Fraga! Muito!

Na verdade, repito, eles não pensaram sobre o que está ocorrendo aqui em Porto Alegre. Nós temos, no mínimo, quatro reajustes – 2010, 2011, 2012 e 2013, e só o quarto reajuste, o de 2013, é que foi derrubado – calculados de forma fraudulenta em relação à planilha que deveria ser utilizada. Temos quatro reajustes em que a margem de lucro de 6,72% – que era o adequado – virou 17% ou 18% na hora da caneta dos empresários de ônibus. Nós temos, no mínimo, quatro reajustes poderiam ser questionados! Sem esquecer que a auditoria do Tribunal de Contas concluiu que, em 2012, o preço correto da tarifa de ônibus, em Porto Alegre, deveria ser, no máximo, R\$ 2,60; e já era R\$ 2,85.

Então, temos que ter clareza de que esse setor do empresariado, esse setor que todo o resto do empresariado já vê com maus olhos, porque é um setor acostumado à mordomia, é um setor acostumado a ter autoridades que os protegem, é um setor que lucra em função de uma necessidade básica da população, que é o direito de ir e vir, esse setor continua no lucro com a passagem de R\$ 2,85. E eles têm três reajustes anteriores que não foram analisados ainda, que não tiveram reflexo na tarifa. E mais: agora, com a isenção do PIS-Cofins e a provável isenção do ISS anunciada na imprensa também, pelo menos com diminuição na alíquota, esse setor continua recebendo, tendo acesso a lucros extraordinários, ilegítimos e, do meu ponto de vista, imorais. Porque são lucros, repito, em cima de um serviço público em relação ao qual as pessoas não têm alternativa: é andar de ônibus ou andar a pé.

Por isso, para nós, do PSOL, para nós, da oposição, continua sendo imprescindível que tenhamos mobilizações fortes, sim, na Cidade, que garantam que não suba o preço da tarifa. É imoralidade no serviço público de transporte coletivo! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, realmente a gente está vendo jovens do Brasil inteiro irem às ruas num protesto que iniciou com as passagens de ônibus, mas hoje esses jovens já pedem outras coisas, eles já questionam

como que se construiu um estádio por R\$ 1 bilhão e vai se arrecadar R\$ 271 milhões. Essa matemática já é questionada por esses jovens. Acho que há um equívoco quando se fala na passagem livre. Porto Alegre tem 32,1% do transporte em isenções; 32,1% do valor da passagem, de R\$ 2,80, é de isenções. Somente no ano passado, 25 milhões de passagens escolares foram disponibilizadas em Porto Alegre, sem nenhum critério de renda familiar, sem nenhum critério de estudar em escola pública, sem nenhum critério de horário para esses estudantes usarem essas passagens. Somente no ano passado, 7 milhões de passagens foram de isenções, sejam elas para aposentados, carteiros, oficiais de justiça, uma série de isenções sem nenhum critério de renda familiar, sem ter nenhum critério, sem falar nas vantagens que o Governo Federal está dando em impostos, em insumos, sem falar o que custa o preço de um ônibus. Agora, vamos falar no custo do preço de uma frota de ônibus: quando nós vamos comprar um produto, é um preço; quando vamos comprar três, é outro; quando vamos comprar cinco, é outro; e, quando vamos comprar dez, é outro preço. Imaginem o que custa às empresas de ônibus comprar um pneu. O nosso colega Brasinha sabe o que custa um pneu para uma pessoa que vai à sua loja, mas, se trocar os cinco pneus, com certeza terá um bom desconto. O que não pode é, no Brasil inteiro, as empresas de transporte coletivo estarem sem licitação; o que não pode é, no Brasil inteiro, o transporte coletivo estar na mão de um ou dois. No Rio de Janeiro, o transporte coletivo está na mão de duas pessoas; e, aqui em Porto Alegre, está na mão de três ou quatro; em Brasília, está não mão de um ou dois; e, em São Paulo, está não mão de um ou dois. Precisa haver licitação nesse transporte coletivo; é preciso se discutir as isenções. Agora, o povo trabalhador que paga esse transporte coletivo, a empregada doméstica, o pedreiro, o comerciário, o trabalhador que sai de manhã, no dia a dia, não vai mais aceitar pagar essa isenção, não vai mais aceitar ver o dinheiro da Saúde, da Educação, ser tirado para enriquecer os bolsos dos empresários de transporte coletivo, não vai mais aceitar que isso ocorra, como não está aceitando que ocorra o que está se vendo, ou seja, essa Copa fiasco de 2014. Nós vimos a mobilidade de Pernambuco: a Seleção da Espanha não conseguiu treinar, a Seleção do Uruguai não conseguiu treinar. Nós fizemos só para bonito, e a população está indo para a rua se revoltando. Com certeza, Cecchim, o que tu falaste é verdade, muitas bocas estão sendo caladas. Tenho orgulho de que a minha Central, várias vezes, tenha sido eleita um dos maiores focos de oposição ao Governo Federal. Tenho muito orgulho disso,

pág. 20

porque o que é bom nós estamos apoiando, o que é ruim estamos criticando, e agora essas vaias, com certeza... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...é por tentar vender a Petrobras, por entregar o Maracanã ao Eike Batista, por entregar os portos brasileiros ao Eike Batista, por entregar a soberania nacional à iniciativa privada e por, cada vez mais, os banqueiros mandarem no Brasil. Por isso a Presidente Dilma foi vaiada, por isso o povo brasileiro está indo às ruas por não aguentar mais ver os banqueiros, cada vez mais, enriquecendo, e a indústria nacional brasileira afundando neste País!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Brasil inteiro está debruçado numa grande discussão que, segundo alguns, não é uma impugnação pura e simples de aumento de tarifas, de corte de árvores, ou de qualquer outro episódio pontual que esteja provocando essa onda de protestos que atinge o Brasil todo.

Pessoalmente, Sr. Presidente, há mais tempo, tenho alertado a Nação – e isso pode parecer até uma pretensão ousada da minha parte, mas eu assinalo isso como cumprimento do meu dever, com a minha consciência e com o meu mandato – de que não se viveria eternamente desse exemplo de faz de conta que se vive neste País, em que episódios subestimados, há alguns anos, começam a mostrar, com toda a virulência, a sua intensidade na cota presente da vida nacional, como algumas coisas que se julgavam definitivamente afastadas da vida brasileira, como o dragão da inflação, que volta a rugir e o faz com extrema intensidade.

Agora mesmo, Sr. Presidente, nós observamos que, no grande debate nacional, várias correntes se sobrepõem, cada uma com o seu olhar. Nós queremos dizer, com toda a sinceridade – e os nossos jornais de campanha estão aí para comprovar –, que, desde muito cedo, nós temos sustentado que é necessário que se estabeleça uma nova forma de financiamento do transporte público diferente desse que nós conhecemos. Mais: no momento acentua-se que sobre o transporte público que se quer ver subsidiado nas

grandes cidades, nós temos hoje uma oneração provinda da tributação a três níveis do Estado brasileiro, quer seja Federal, Estadual ou Municipal, que beira os 20% no custo das tarifas. Em cima de tudo isso, consolida-se um discurso contra a empresa privada, especialmente aquela que opera o sistema de transporte público do País, que passou a ser bode expiatório da incompetência nacional para gerir os seus próprios problemas. Agora mesmo, atribui-se às empresas de transporte coletivo, na cidade de Porto Alegre, a responsabilidade pelo custo da tarifa não ser aquela almejada e suportável para a nossa sociedade. Ora, nenhuma empresa tem lucro assemelhado ao que recolhem os Governos do Estado, da União e do Município como tributo. E eu estou falando, Prefeito Villela, de quem viveu, junto com V. Exa., uma reformulação no transporte coletivo de Porto Alegre em que, num período de inflação pesadíssimo, o descortínio de V. Exa. não só estabeleceu a tarifa única em todo território do Município como também criou o Prodescol, com o qual se melhorou a qualidade do transporte da Cidade, fazendo com que aquela herança que se tinha no tempo da exploração do transporte pelo próprio Município, que era um sucateamento absoluto, numa frota que foi considerada a melhor de transporte coletivo deste País... Como fazia o Prodescol? Fazia com que o tributo recolhido em cima das empresas, bem menor do que o atual – menos da metade do que o atual – fosse utilizado como forma de estimular a renovação da frota e de subsidiar os juros pesados que o sistema bancário impunha e que, mesmo no BRDE, um órgão estatal, precisava ter uma fórmula de enfrentamento, dadas as consequências objetivas que fazia em cima do transporte da cidade.

Hoje eu estou aqui contrariando a opinião de muitos. Acho que, mais do que nunca, o Município tem que acordar para essa realidade. Da mesma forma com que se está, tardiamente, isentando tributos federais, há a necessidade de se isentar tributos municipais e há a necessidade de se cobrar do Governo do Estado a isenção dos tributos estaduais, fortemente incidentes também na tarifa do serviço público de Porto Alegre, que já foi apresentada aqui como... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...que hoje perde espaços que já são superados e já passa a ser uma das mais baratas do Brasil, e isso num momento em que apenas se mostra uma intenção do Governo Federal de fazer a isenção tarifária. Digo: a intenção, porque proposta o Democratas tinha e tem, desde 2011, rodando na Câmara dos Deputados com condição de ser votada, que é o Projeto

pág. 22

Legislativo do Deputado Mendonça Filho, de Pernambuco. Por isso, Sr. Presidente, quero dizer claramente o seguinte: não vamos “tapar o sol com a peneira”, não peguem os empresários como bode expiatório para a incompetência dos governos que se sucederam, que criaram a maior carga tributária que esta Nação suporta e que é imposta inclusive para o contribuinte – não o espontâneo, mas para o contribuinte compulsório, que é aquele que paga... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, venho aqui, em nome da Liderança do PCdoB, em meu nome e no nome do Ver. João Derly, dizer que o nosso Partido, com 91 anos de história nas ruas, nas lutas, não teme absolutamente nada as manifestações do povo nas ruas; a manifestação do povo brasileiro nas cidades deste País. Já na quinta-feira, o Presidente nacional do nosso Partido, Renato Rabelo, condenou a truculência da Polícia do Estado de São Paulo, que transformou aquela Cidade num campo de batalha frente aos manifestantes pelas justas manifestações que estão ocorrendo neste País contra a má qualidade do transporte coletivo e contra o abuso do preço da tarifa do transporte coletivo.

A luta do povo brasileiro, a luta contra a ditadura, a luta hoje deste País por uma Nação com democracia sempre ocorreu e contou com o povo na rua. Nós saudamos o povo na rua! E a juventude não é apenas a juventude de hoje; a juventude da história deste País sempre esteve nas ruas nas lutas por democracia, nas lutas por avanço, nas lutas pela derrubada de uma ditadura! A mudança ocorre é quando o povo impulsiona a mudança!

Agora, o que nós não podemos é deixar que oportunistas, vandalismos e também os interesses da direita, do neoliberalismo, das viúvas da ditadura militar, num momento como este, venham para entravar as mudanças, porque nós participamos do Governo Dilma, estamos neste Governo; participamos do Governo Lula, estivemos naquele Governo exatamente para ajudar a impulsionar as mudanças, e foi nas ruas! Foi nas ruas quando houve a tentativa – o PCdoB lá estava – de derrubar, no primeiro mandato do

Governo Lula, pelos interesses externos deste País e por aqueles que detonaram o coração da brasileira no projeto neoliberal.

Então, a democracia avança, as mudanças avançam, a juventude e o povo avançam, vão para as ruas! Não têm o que temer! Nada está pronto e acabado neste País, é tudo um processo em construção.

Então, nós não podemos é deixar que um justo movimento tenha os interesses daqueles que vão contra o avanço no Brasil. A oposição neoliberal quer fazer a Nação retroceder. E, quanto à violência policial, nós temos que estar muito atentos, porque a mídia também tem um papel que é o de ajudar a retroceder os avanços democráticos neste País. Ainda falta muito! Precisamos de reforma política! Precisamos de participação popular! Isso é bom para o nosso Brasil! Isso é saudável! Agora, a violência policial lá em São Paulo é a violência do Governo Alckmin, e a imprensa joga em cima da Prefeitura. É como se aqui, por exemplo, a nossa Polícia estivesse fazendo esse tipo de violência, e oxalá não faça, porque nós seremos os primeiros a enfrentar todo e qualquer tipo de violência de Polícia contra o povo que está na rua para mudar o Brasil. Nós temos que saber entender este momento. A Polícia tem que estar na rua para dar segurança às manifestações, para dar segurança à democracia, porque, se não for assim, o que nós temos? Oportunismos, vandalismos, entraves para desarticular o momento que vive este País.

Então, o PCdoB não teme povo nas ruas; pelo contrário, estaremos às 17h, 18h lá no Largo, na frente da Prefeitura. A nossa juventude já está participando, os movimentos comunitários, as mulheres do PCdoB lá estarão para impulsionar as mudanças. Nós não estamos aqui para pescar em águas turvas, nós estamos nas ruas por democracia, por soberania, por política de desenvolvimento, por política pública! Queremos dizer que o Partido Comunista do Brasil em nenhum momento entende que o rumo deva ser usado e manipulado, seja por esquerdismo, seja pela direita, para entravar as mudanças da Nação brasileira, e mudança se faz com o povo na rua, dizendo, sim, à Presidenta Dilma: “Queremos mais isso, queremos mais aquilo”, porque, afinal, fomos nós, o povo brasileiro e essa sagrada juventude,... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...na história do Brasil, que fizemos chegar este momento. Nada está pronto e acabado; agora, desestruturar o que chegamos até agora... Não! Nós estaremos nas ruas exatamente para evitar isso. E evitar a violência, porque, com violência policial, nós não vamos fazer o Brasil avançar, e

aqueles que querem incitar a violência policial para impedir os avanços no Brasil terão a resposta do povo responsável e de Partidos que têm compromisso com a transformação desta Nação. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, nós hoje temos, mais uma vez, a visita dos funcionários da SMURB. Já na quinta-feira, em função de várias agendas concomitantes, nós não pudemos atendê-los, e eles reivindicam que a Mesa Diretora possa escutar sua demanda. Eu queria ver como podemos construir – se no final da Ordem do Dia – para ver como os encaixamos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Sem dúvida, Vereadora. A gente fica à disposição para escutá-los, sim. Só vamos construir a agenda.

Eu quero dar resposta ao Ver. Mauro Pinheiro no sentido de que o encaminhamento já foi feito ao Município. Estamos aguardando o retorno e a resposta.

Tivemos a grata felicidade de participarmos do ato de instalação da assinatura da liberação das obras no Cais do Porto. Lá estavam o Ver. Valter Nagelstein, Ver. Engº Comassetto, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Márcio Bins Ely, Ver. Ferronato, Ver. Reginaldo Pujol; sem dúvida nenhuma, um ato econômico e social importante para a Cidade e, sem dúvida nenhuma, também um ato cultural. Parabéns ao Governo do Estado, à Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a esta Casa, que gestou o Projeto durante nove meses até aprová-lo, depois de todas as discussões na questão da mudança do Regime Urbanístico.

(15h46min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento nº 113/13, de autoria do Ver. João Derly. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 115/13, de autoria da Mesa Diretora. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 094/12. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 094/12.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores, em especial os nossos mais de 10 mil telespectadores que nos assistem ao vivo pela TV digital. E, até descontraindo com o plenário, os colegas Vereadores estão solicitando que eu ensaie o ritmo da Bachata. A Bachata é um ritmo musical, uma dança originada nas favelas da República Dominicana na década de 60. É considerada um híbrido do bolero, sobretudo um bolero rítmico, com outras influências musicais, como, por exemplo, o chá-chá-chá e o tango.

Então, eu queria fazer este esclarecimento aos nossos colegas Vereadores, também na condição de Secretário Adjunto de Relações Internacionais da Executiva Nacional do meu Partido desde 2005, com a vênua da Bancada do PDT, dizer que também temos procurado dar a nossa contribuição para que possamos fazer uma miscigenação da cultura latino-americana. Então, quando fui procurado, entendi que seria oportuno que pudéssemos aqui dar um destaque para quem tem se empenhado em divulgar a Bachata. Hoje existe uma associação no bairro Cidade Baixa, onde tem aulas de dança. O chamado bolero ritmo latino-americano, nos anos 1930 até os anos 1950, fazia, então, as danças do povo dominicano. E, com essa influência, nasceu a Bachata, no final da década de 1950. Apenas nos anos 1980 teve o seu reconhecimento e foi lançada mundialmente, a fim de aumentar o turismo da ilha. Por exemplo, nós temos vários ritmos, como o dos Açores, com a música Ai bota aqui, ai bota ali o teu pezinho, entre outras danças. Então, a gente também quis dar aqui a nossa contribuição para que a gente pudesse incluir esse ritmo no calendário oficial da Cidade, como uma homenagem, também, aos nossos irmãos dominicanos.

Fica aqui esse registro de encaminhamento para o qual eu peço o apoio para que nós possamos incluir, também, esse ritmo. Sei que a Ver.^a Jussara Cony também conhece e dança. Ali, em Cuba, também está muito difundida a Dança da Bachata, assim como em

outros países, principalmente da América Central. Mas, e por que não, fazermos esse reconhecimento, também, aqui em Porto Alegre? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Muito obrigado pelo esclarecimento.

Em votação o PLL nº 094/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a abstenção do Ver. Valter Nagelstein e da Ver.^a Lourdes Sprenger.

Em discussão o PLE nº 017/13. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 017/13.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, muito sucintamente, sinto-me no dever de apenas apresentar o projeto para que as senhoras e senhores tenham consciência daquilo que estamos discutindo e que precisamos votar favoravelmente. Lá em 2012, mediante a Lei que se transformou na Lei nº 11.395, a Câmara aprovou a autorização para a tomada deste empréstimo junto à Caixa Econômica Federal. O que acontece? Existe um dispositivo de regra que diz que nesses empréstimos que têm o aval do Governo Federal, a taxa de encargos é menor. Então, a partir do momento em que o Governo Federal se manifesta favoravelmente a avalizar esses empréstimos, diminuem seus custos. E foi o que aconteceu: o Governo Federal vai avalizar este empréstimo, por isso precisamos mudar a redação do § 2º, do art. 1º daquela Lei nº 11.395. Sucintamente, o § 2º, nas primeiras palavras, diz assim: “a operação de crédito a que se refere o caput deste artigo será contratada com a garantia da União”, e segue depois nominando alguns artigos. Mas nós, aprovando este projeto que modifica o § 2º do art. 1º daquela Lei de 2012, nós estamos trazendo para Porto Alegre um empréstimo com taxas e encargos menores para a cidade de Porto Alegre. Por isso estamos aqui pedindo que a votação seja pela aprovação do Projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLE nº 017/13.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caro Líder do Governo, Ver. Aírto Ferronato, venho aqui transmitir o meu apoio a este Projeto. Diferentemente do que o colega Cecchim, meu querido amigo, disse, no sentido de que o Governo Federal era muito ruim, nas suas palavras, está aqui o Governo Federal, da Presidente Dilma, garantindo uma linha de crédito de financiamento que a Cidade pagará, mas uma linha de crédito que, até então, não existia. Outro dia, conversando com o Ver. Brasinha sobre outros tempos – ele sempre me questiona sobre o passado –, eu afirmava para ele que, no passado, nos Governos anteriores, a União não abria uma linha de crédito para os Municípios financiarem suas obras. E o senhor, que foi dirigente do Município, sabe disso. Todas as obras que o Município teve de fazer, durante os 16 anos da Administração Popular, foram financiadas com recursos próprios, sem apoio. A União não dava a autorização de empréstimo para que os Municípios do País pudessem pegá-los, também não dava a garantia que dá hoje, bem como os juros reduzidos; os menores juros possíveis estão nesse contrato que a cidade de Porto Alegre está assinando, no valor de R\$ 460 milhões, com o Governo que o senhor, Ver. Cecchim, acabou de dizer que é muito ruim.

Eu tenho muito orgulho de fazer parte deste Governo, que está, realmente, financiando o desenvolvimento de nossas cidades. Que isso fique bem marcado aqui para vários colegas que, de vez em quando, se esquecem que fazem parte da base de apoio do Governo Dilma. É este o Governo que garante esse projeto de País que cresce, que se desenvolve, que faz obras, que está aqui garantindo, para a Administração Municipal, a oportunidade de contratar e fazer essas obras na nossa Cidade. Esta é a linha que queremos, Líder do Governo, Ver. Aírto Ferronato: o que for bom para Porto Alegre, para o Governo do Estado, nós sempre estaremos juntos, para construir a Cidade que nós queremos. Então, está aqui o Governo Dilma garantindo um financiamento de R\$ 460 milhões para a cidade de Porto Alegre – Governo do qual fazemos parte, caro amigo, Ver. Valter Nagelstein –, para essa grande obra que será construída por todos nós. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 017/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, claro que nós continuaremos apoiando todas essas parcerias entre o Governo Federal e o Governo Municipal porque nós entendemos que a cidade de Porto Alegre e os Municípios ficaram por muito tempo desabrigados da condição de trabalhar sua infraestrutura, de investir na infraestrutura urbana, porque não havia, Vereador-Presidente, política para os grandes centros urbanos neste País.

Hoje foi apregoado um Projeto que o Governo traz para nós, que tem um ajuste também relativo, Ver. Kopittke, ao metrô da cidade de Porto Alegre. E eu tenho cuidado muito o tema do metrô, pois eu acho que a Prefeitura abandonou – eu vejo que o Secretário Cappellari chega aqui no Plenário – a proatividade necessária para uma obra tão complexa, Ver. Valter Nagelstein, que fala tanto da necessária modernidade nesta Cidade. Eu não considero que colocar 3.000, 4.000 estacionamentos na beira do Guaíba, que é perspectiva do Cais do Porto, seja modernidade. Modernidade, para mim, é fazer metrô, é fazer transporte coletivo de qualidade. E que os recursos federais, portanto, Secretário Cappellari, não venham piorar as condições pelas escolhas. Eu falo isso, aproveitando que o Secretário está aqui, para dizer que eu não concordo com o estacionamento, por exemplo, que, em função da ciclovia, foi colocado no meio da Rua José do Patrocínio. “É algo espetacular!” Não é possível! Já era tão difícil o trânsito naquela rua do bairro Cidade Baixa e ainda colocaram aquela ciclovia, fazendo com que os carros estacionem no meio da rua. Eu digo no meio da rua! Há trechos, mais ou menos uma ou duas quadras, que têm duas pistas, depois passam a ter três pistas, depois voltam a ter duas pistas, e ficam os ônibus e os carros se aglomerando para fluir. Por quê? Porque é uma opção centrada no transporte individual. Então, esses recursos que vêm agora para a mobilidade urbana, que terão juros menores...

Eu também sei, Gil, representante do Governo, vejam só, Ver. Janta, que a contrapartida que o Município de Porto Alegre deveria dar, em razão do financiamento que a Caixa Federal está fazendo para a Copa do Mundo, será dada pela União. A União está pagando a contrapartida; o Município de Porto Alegre não desembolsará recursos para as obras da Copa. Pasmem! O que custa, então, para a Prefeitura de Porto Alegre,

estabelecer de fato um processo dialogado com a cidade de Porto Alegre sobre a implantação dessas obras, Ver. Nedel? Não é possível que o Município de Porto Alegre oprima, prenda, retire manifestantes que querem preservar árvores, que querem constituir parques, tendo todos os recursos para fazer obras mais complexas, mais modernas e que amplie áreas verdes! Não é aceitável! É uma visão muito tacanha de uma Cidade quando ela não consegue trazer a modernidade e financiamentos desta monta para a qualidade de vida, para a construção de solidariedade, para a construção da Cidade do encontro e não de mais e mais automóveis circulando na individualidade pelas ruas dessa Cidade, o que não tem fim, o que não tem saída nessa lógica. Então, eu espero que esses recursos não venham para cá para oprimir o povo que luta por moradia, que luta por manutenção da área verde, que luta por diálogo, por saneamento básico, por casas e pelo direito de morar em torno das grandes obras, como é o caso da comunidade do Humaitá, da Vila Liberdade, Ver. Mario Fraga, que lá estão em casebres em cima de praça, no meio das vias, ainda! Sem falar que, no entorno da Arena do Grêmio, onde tem os grandes eventos, nenhuma estrutura foi feita, porque o Prefeito liberou a OAS de todas as contrapartidas. Quer dizer, temos todo esse recurso federal, e nada de a iniciativa privada fazer a sua parte. Isso é muito grave. Nós votamos a favor, mas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PEDRO RUAS: Eu queria registrar, em meu nome e em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, portanto, do PSOL, os nossos cumprimentos pela chegada da primeira neta do Ver. Reginaldo Pujol, a Luiza, no dia de hoje. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Parabéns, Ver. Reginaldo Pujol.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 017/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Primeiro, antes de começar a fazer a discussão, quero dizer que o artigo apenas acrescenta, Ver. Pedro Ruas, que será contratado com a garantia da União. Nós já aprovamos esse Projeto no ano passado! Isso é mais uma daquelas coisas da Caixa Econômica Federal – além de cobrar o empréstimo, porque não vem nada de

graça da Dona Dilma e nem de ninguém –, é mais uma daquelas burocracias da Caixa Federal de pedir item por item. Já se renovou uma vez, aí estava certo, depois faltou, e aí dizem que tem que colocar: “contratada com a garantia da União”. Então é burocracia da Caixa Federal.

Eu quero responder por partes. Primeiro, respondo ao Ver. Alberto Kopittke: realmente, o Governo Federal não dava dinheiro na época em que o PT governou Porto Alegre porque a Prefeitura do PT estava no SPC. Então, não tinha como mandar empréstimos! Eu ouço a Ver.^a Sofia, que é muito inteligente, perspicaz, mas, às vezes, ela mesma se enrola nas suas próprias dribladas. Ela quer uma Cidade moderna, mas se ela pudesse, subiria na árvore para não fazer uma modernidade. Ela não sobe porque os seus princípios, lá de Veranópolis, não a deixam subir na árvore. Então, ela quer as coisas modernas, mas defende as coisas da Albânia, de Cuba. Como vamos ter coisa moderna assim? Não tem como! A Prefeitura de Porto Alegre quer fazer as coisas bem feitas, inclusive, querendo aprovar aqui, na Câmara, aquilo que a Caixa Econômica Federal exige, às vezes, com uma preciosidade enorme, mas, muitas dessas vezes, para atrasar.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Idenir Cecchim, só para contribuir, porque eu acho que a sociedade precisa refletir sobre isso. É verdade que nós somos parceiros do Governo Federal, mas também é verdade que o Rio Grande do Sul paga, por ano, ao Governo Federal, de serviço da dívida, 17% de juro ao ano, enquanto as empresas do Sr. Eike Batista tomam financiamentos do BNDES a 2% de juro ao ano. Quer dizer, o que eu gostaria da minha Presidente gaúcha – mineira, mas gaúcha de coração – e do Partido dos Trabalhadores, aqui na Câmara e na Assembleia Legislativa, é que se irmanassem conosco, para nós renegociarmos essa dívida e para o Rio Grande do Sul não sangrar, como sangra todos os dias e todos os anos, e vem sangrando, pagando uma escorchante taxa de juros de 17% ao ano, que é insuportável. Muito obrigado.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado pela contribuição, Ver. Valter Nagelstein. O Sr. Eike Batista até está prestando um certo serviço aqui para o Rio Grande do Sul. O senhor sabe por quê? Porque nós criamos o Fundopem para este Estado, para a atração de investimentos de empresas para cá. Esse nome, Fundopem, para o PT, era nome feio até

pouco tempo atrás; agora eu vejo, em manchetes nos jornais – e eu quero dizer que eu concordo, para atrair, para consumir o carvão daqui –, o Fundopem concedido, o Sr. Tarso Genro mostrando o Fundopem como se fosse uma taça, um galardão que será oferecido ao Eike Batista, para fazer essa usina, para ele ganhar. Tem que ganhar; agora, nós temos que reconhecer, Ver. Cláudio Janta: o Fundopem, que era amaldiçoado pelo PT, hoje é uma benção!

O Sr. Cláudio Janta: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu sou membro do Conselho do Fundopem, pedi vista em dois processos de concessão de empréstimos de dinheiro público sem empregabilidade; foi negada, pelo Governo, a mim e à CUT.

O SR. IDENIR CECCHIM: Eles gostam muito de investir dinheiro do Fundopem onde não dá emprego, Ver. Cláudio Janta, isso é verdade, mas gostam mesmo de investir quando é para o companheirinho sócio, Eike Batista.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 017/13.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Dr. Thiago, Presidente desta Casa; Vereadoras, Vereadores, público das galerias, pessoal da SMURB, que está aqui. (Palmas.) Solidarizamo-nos e esperamos que o Presidente consiga uma agenda com a Prefeitura para resolver o problema daqueles menos favorecidos dentro da Prefeitura. Podem contar com nosso apoio.

Sobre o PLE nº 017/13, Presidente Dr. Thiago, quero discutir o Projeto, para isso estou inscrito, mas não antes de responder às provocações do Ver. Cecchim, excelente Vereador, que tem uma boa oratória. Quero lhe dizer que essa herança da dívida, Ver. Aírto Ferronato, é da época do Fernando Henrique, de cujo Governo, por acaso, o PMDB também fazia parte; e que hoje, por acaso, também faz parte do atual Governo. Lembrando que a vice-presidência da República também é do PMDB – às vezes eles se esquecem disso. E o Ver. Cecchim tem uma dificuldade a mais, porque ele tem, do seu

Partido, o Vice do Prefeito Fortunati, como ele tem o Vice da Presidente Dilma; então, eles estão nos dois Governos. É um Projeto do Município com o Governo Federal, logo, ele deve defender pelos dois lados, deveria, pelo menos.

Agora, eu quero dizer, Ver.^a Sofia, que nós, os Vereadores do PT, somos sempre acusados de não querer isso, não querer aquilo, mas nós estamos juntos, e vamos votar juntos neste Projeto, que é importante para a Cidade, Ver. Cecchim, pois reduz o *spread* bancário, e para isso o Governo Federal atua como fiador do Município de Porto Alegre. E esses recursos estão vindo para o Município de Porto Alegre – que muitas vezes não vieram por rusgas do PSDB e PDT com o PT – porque a Presidente Dilma não faz distinção: os recursos existem, e todos aqueles Municípios que se inscreverem e tiverem Projetos, terão o apoio do Governo Federal. Isso está comprovado aqui: as obras da Copa que acontecem no nosso Município são com recursos federais, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil. E aqui o Governo Federal, da Presidente Dilma, está exercendo o papel de fiador do Município de Porto Alegre para que o *spread* bancário tenha uma redução de 1,3% em cima desses R\$ 462 milhões. Então, é bastante, e graças ao Governo Federal que proporciona essas obras ao nosso Município de Porto Alegre. Muitas vezes, as pessoas esquecem de falar que as obras que o Município de Porto Alegre está fazendo têm recursos do Governo Federal. É bom salientar isso, e o senhor e a senhora, que estão em casa, é bom que saibam que nada acontece por acaso, e que existe esse apoio.

Aproveitando o ensejo, Ver. Cecchim, na semana passada, tive uma reunião com o Secretário João Motta, da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã; estava aqui o Secretário da EPTC, porque nós estamos fazendo uma obra, que é obra da Copa, é um corredor para o BRT na Av. Protásio Alves. Só que há uma pequena falha no Projeto, que o corredor do BRT está previsto só até a Av. Saturnino de Brito, mas ele tem que continuar, porque o terminal vai ser lá na Av. Manoel Elias. Então, nós temos 3,2 quilômetros, Secretário, para os quais ainda não estão previstos recursos. Eu estive conversando com o Secretário de Planejamento para que a gente possa, junto com o Município, buscar recursos para que o corredor de ônibus possa ser estendido até a Av. Manoel Elias, Secretário. E o Secretário João Motta se colocou à disposição, disse que há recursos do PAC e que nós podemos inserir o alongamento desse corredor até a Av. Manoel Elias. Então, quero contar com o seu apoio e me coloco à disposição junto com o

Secretário João Motta para buscarmos esse recurso para uma obra importante da Av. Protásio Alves. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Não há mais quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLE nº 017/13. (Após a apuração nominal.)

APROVADO por 28 votos **SIM**.

PLE nº 007/13: a Emenda nº 01, destacada, já foi encaminhada.

Em votação nominal, por solicitação do Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 007/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 18 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 007/13. (Pausa.) O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 3, destacada, ao PLE nº 007/13, como autor.

O SR. ALBERTO KOPITCKE: Sr. Presidente, caros colegas, quero saudar o Sr. Vanderlei Cappellari, Secretário da EPTC, que está aqui e com quem eu tive a oportunidade de trabalhar em Canoas e a quem eu reputo a mais alta qualidade técnica. Colegas, gostaria de explicar esta Emenda, principalmente para aqueles que nos assistem pela TVCâmara: ela propõe que todos os táxis da nossa Cidade que estiverem em funcionamento, em que o taxista estiver na rua com o seu táxi buscando cliente, buscando corridas e estiver livre, sem ninguém dentro, que essa informação da localização dele – que já estará acessível dentro das EPTC – possa ser acessada por qualquer cidadão por meio, por exemplo, dos nossos celulares, dos telefones inteligentes que nós temos hoje. Com relação a essa ferramenta, eu gostaria de explicar de onde estou trazendo essa proposta, pois reconheço, caro Ver. Marcelo Sgarbossa, que ela é bastante ousada e inovadora para Porto Alegre, mas não para inúmeras outras cidades do mundo. Eu estive, há pouco tempo, em San Francisco com o Prefeito Fortunati, com os Vereadores Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Valter Nagelstein, e tive a

oportunidade de mostrar para o Prefeito, no celular dele, um programa onde se viam todos os táxis que estavam nas ruas de San Francisco, em tempo real. E, através daquele programa, sem nenhum intermediário, o cidadão chama o táxi que estiver mais próximo dele e acompanha o táxi vindo até a porta do seu hotel, da sua casa e desce; ali está o táxi esperando por ele. Da mesma forma, naquela cidade – não é a minha proposta –, essa informação está disponível também com relação a todos os ônibus da cidade, Ver.^a Fernanda, a todos os táxis-lotação, que são concessões públicas, porque a Lei de Acesso à Informação, inclusive, na minha opinião, já traz o direito de nós, cidadãos, sabermos onde estão esses veículos.

E na audiência que tivemos, por parte da CCJ, eu ouvi atentamente a preocupação de alguns colegas taxistas, aos quais dou a maior importância, inclusive por isso eu havia acabado de propor a emenda anterior, que foi rejeitada, infelizmente, que propunha que o botão de pânico, cuja instalação está sendo proposta pela EPTC, fosse acionado diretamente na Brigada Militar e na Polícia Civil; então, aqui ninguém está mais preocupado com a segurança dos taxistas do que este Vereador, além de inúmeros outros.

Ressalto que essa emenda não acarretaria nenhum outro risco aos taxistas que já estão nas ruas; daria, sim, uma oportunidade aos cidadãos de saberem, por exemplo, quantos táxis há disponíveis num horário de chuva, na sexta-feira, no final da tarde... Essa é uma ferramenta de transparência para apoiar o trabalho de fiscalização da EPTC. E ouvi vários colegas, ouvi o Prefeito falando que iria apoiar a inovação, que é um compromisso da gestão apoiar a inovação. Mas quando nós temos a oportunidade de fazer uma inovação – porque inúmeras empresas de jovens irão trabalhar em cima desses dados para criar aplicativos, Porto Alegre vai se tornar uma cidade mais inteligente, uma cidade mais atraente para os jovens, para os turistas que estarão aqui na Copa – não pode. Expliquem-me o motivo concreto, técnico. Não ouvi, até agora, nenhuma explicação técnica do por quê não pode; ou jurídica.

Infelizmente, o Parecer do colega, digno Ver. Nereu D'Avila, não trata efetivamente de nenhum problema de forma legal desta Emenda. Simplesmente não pode porque este Vereador que fala aqui é da oposição. Então, vamos deixar de lado todas as boas ideias que forem apresentadas pela oposição, Ver. Airto Ferronato? Não me parece que era essa a sua defesa aqui.

Faço um apelo para que a gente possa discutir, caro Cappellari, as boas propostas que nascem nesta Casa, porque esta é a função da Câmara. É inovador? É. É ousado? É. Mas não é isso que a gente quer para Porto Alegre? A gente não tem que quebrar barreiras, jogar esta Cidade no século XXI? Ou tudo vai ficar como está? Esta Cidade que nós mesmos viemos aqui pedir que ela se transforme e se inove.

Então, venho fazer um apelo porque não vou tratar desse tema só nos táxis. O Dados Abertos é uma iniciativa mundial hoje, de vários governos, que ajuda; a melhor ferramenta de combate à corrupção é botar os dados na mão do cidadão, no seu celular, na sua casa, para acompanhar as concessões públicas. Não adianta ficar só dentro da EPTC, que tem que fazer o seu trabalho de fiscalização técnica, mas reafirmo: a Lei de Acesso à Informação, inclusive dá a garantia de esse cidadão ter esse dado. Não precisaria nem essa lei. Se a EPTC negar essas informações ao cidadão ela estará cometendo um ato ilegal contra a Lei de Acesso à Informação. Isso nós vamos discutir depois, porque nós temos que parar com essa cultura de os dados ficarem fechados. Não sei de que interesses acabam se defendendo.

Portanto, peço que possamos discutir o mérito das propostas não olhando o Partido, não olhando quem é de situação ou de oposição quando estivermos debatendo ideias para a Cidade. Conto com os colegas para que a gente possa fazer... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, Sr. Secretário da EPTC que nos honra com sua presença, Vanderlei Cappellari; na Comissão de Justiça, essa matéria foi amplamente discutida, inclusive democraticamente por solicitação do Ver. Waldir Canal, que fez por escrito uma solicitação e que oportunizou o comparecimento do Presidente do Sindicato dos Taxistas, também de diversos outros interessados na matéria, até mesmo os próprios taxistas e usuários de táxi na Capital. Lá foi discutida amplamente esta Emenda apresentada pelo Ver. Alberto Kopittke, que nós, como Relatores, por escrito, refutamos. Então, vou ler,

pág. 36

agora no Processo, às folhas 20 e 21, o que nós disponibilizamos por escrito à Comissão, e foi aprovado. Sobre a Emenda do Ver. Kopittke (Lê.): “A localização de todos os táxis deverá ser disponibilizada, em tempo real, para a população, e a plataforma deverá ser acessível para uso de aplicativos e *softwares* de Internet, contendo a informação da condição ‘Livre’, ‘Ocupado’ e ‘Fora de Serviço’”; o nosso Parecer é o seguinte (Lê.): “Não há a menor conveniência na instituição do procedimento de disponibilização dos dados monitorados à população em geral, havendo sérias dúvidas, inclusive, no que tange às ofensas à liberdade e à privacidade dos taxistas. Diga-se que a possibilidade de disponibilização dos dados à população em geral já foi devidamente analisada e veementemente refutada como um todo, pois benefício algum efetivamente traria aos usuários e sabidamente poderia ser mal utilizado por esses ou mesmo por algum criminoso em apoio às suas atividades ilícitas, especialmente à noite. Traga-se à presente análise a experiência do órgão gestor no que tange à disponibilização do monitoramento do táxi a terceiros, já que algumas empresas de radiotáxi que o fizeram posteriormente restringiram o acesso por ter sido mal utilizado por familiares do taxista ou por seus desafetos, de modo a acompanhar a rotina do profissional e efetuar-lhes as mais diversas cobranças, tanto econômicas como morais. A liberação da localização dos prefixos à população, s.m.j., representa uma invasão de privacidade tal que poderá implicar em posterior anulação da própria lei, trazendo um prejuízo evidente e maculando o benéfico projeto pela adoção de um procedimento que vantagem alguma trará às partes. Some-se a isto um fato técnico importantíssimo, em consonância com as características principais da execução do transporte individual por táxi: o serviço de táxi, pela forma de operação (trajeto não definido e sujeito à necessidade do usuário) e pela imensa quantidade de operadores faz com que o usuário não possua interesse em saber qual o táxi encontra-se próximo à sua localização, não nos parecendo crível que o usuário, independentemente dos avanços tecnológicos, venha a previamente consultar a localização dos prefixos no entorno (até porque tal quadro de localização muda a cada segundo) e, então, deslocar-se até determinado ponto da rua no qual o veículo está ou para o qual esteja deslocando-se. Assim, seja pela inexistência de benefícios práticos e concretos aos usuários, seja pela invasão de privacidade que o procedimento representaria certamente aos taxistas, pede-se o integral desacolhimento da Emenda nº 03”.

Por isso, e respeitando naturalmente os argumentos do Ver. Kopittke, a sua intenção, o seu pretense mérito, na prática, essa Emenda não trará os benefícios que o Vereador pretende. Por isso, vamos recusá-la.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, agradeço a Vossa Excelência, agradeço aos colegas. Eu só quero fazer uma observação muito rápida: eu acho que está havendo um equívoco aqui, e o Ver. Nereu, dada a máxima vênias, não compreendeu a intenção, Ver. Kopittke.

Nós estamos vindo, Ver. Nereu, de uma missão na cidade de São Francisco e vimos algo maravilhoso. E quero, de antemão, dizer que não é uma posição da Bancada, Sr. Presidente, generosamente, por anuência dos meus colegas Vereadores, eu estou vindo aqui, democraticamente, para discordar, mas o Ver. Idenir Cecchim tem a sua posição; a Ver.^a Lourdes, a sua, e o Ver. Professor Garcia, a sua. Mas só quero trazer essa experiência para reflexão. Nós vimos um *software*, Ver.^a Lourdes, que eu saio de casa e boto um aplicativo aqui no meu telefone – é uma empresa que cria –, e posso saber onde tem vaga de estacionamento no Centro Histórico. E mais do que isso: a autoridade de trânsito percebeu que 30% do volume do tráfego, em determinados bairros, é de pessoas que ficam circulando no interior do bairro, procurando uma vaga de estacionamento, não é isso Alberto? Esse aplicativo eu posso baixar de graça, porque é uma empresa que faz. Eu saio de casa e sei que, naquela determinada rua, por exemplo, na General Câmara, vou encontrar, Ver. Villela, com certeza, uma vaga, ou dependendo da cor da bandeirinha aqui no aplicativo, inclusive um aplicativo de voz, diz o seguinte: “Se tu não chegares em cinco minutos, vais perder a vaga, ou não preciso ter pressa, porque lá há várias vagas”. Isso é uma informação essencial. E, mais do que isso, comprovou-se lá, e a autoridade de trânsito nos explicou que, às vezes, o cidadão está dirigindo, procurando vaga, fica desatento e provoca um acidente de trânsito também. O que o Ver. Alberto Kopittke está propondo, e parece-me que é muito bom, por isso acho que está errada a interpretação que deram, que eu, cidadão, possa botar um aplicativo no meu telefone, que não precisa

pág. 38

ser pago; há milhares de aplicativos gratuitos, para que eu saiba onde estão os táxis; eu saiba se no meu bairro há “x” táxis circulando; ou eu saiba que estão no outro bairro, que vai demorar tantos minutos, e que eu possa me planejar. Não há nada de mais! Não é invasão de privacidade de taxista, mas, mesmo que fosse, eu quero lembrar que nós estamos falando de uma permissão de um serviço público, onde a privacidade está em segundo, terceiro, quarto ou quinto lugar. Mas não invade a privacidade de ninguém, porque não diz qual é o prefixo, não dá a placa, só diz: “Num determinado bairro, há tantos táxis andando”. Então, não há nada de mais, gente, é um serviço a favor do cidadão, é bom, eu não posso entender onde é que está a polêmica! Eu sei que poderia ser o custo, mas não há custo, não é a EPTC que vai pagar isso, não é o cidadão que vai pagar isso, alguém, se quiser criar um aplicativo, e eu quiser baixá-lo no meu telefone, é uma liberdade, não há custo. Esse argumento de que tem custo... Não há custo, a EPTC não tem que pagar, o privado não tem que pagar, é um serviço que a tecnologia está nos oferecendo. E se nós pudermos dispor dessas benesses, desses avanços, nós precisamos caminhar para isso, porque a tecnologia está aqui hoje é para nos ajudar. Então, se a EPTC tem esse dado, se a EPTC já tem os *transponders* nos ônibus, que eu já fui lá visitar, e todos os ônibus de Porto Alegre têm *transponder*, se vamos colocar o GPS nos táxis, e a EPTC vai ter a informação de onde os táxis estão andando, por que essa informação fica em uma caixa-preta, e eu, como cidadão, clicando no meu telefone ou no meu computador não posso saber? O nosso compromisso aqui, como Vereadores, colegas Vereadores e Vereadoras, é o contrário, é a transparência, é abrir a informação. Se a informação está disponível, vamos abrir a informação sem custo, sem ônus. Muito antes pelo contrário, é uma prestação de um serviço público que é boa, que é importante e que eu gostaria que os meus munícipes, que os meus conterrâneos, que os cidadãos de Porto Alegre pudessem gozar desse benefício, Alberto, e eu quero cumprimentá-lo, porque a Emenda é boa. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 007/13.

Obrigado, Ver. Brasinha, pela viagem de sábado.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Thiago; Ver. Reginaldo Pujol, realmente, Ver. Cecchim, a viagem se refere àquele Projeto dos helipontos, e nós demos um voo panorâmico pela Cidade, eu, o Dino e o Presidente, olhando os pontos. Essa foi a viagem. Senhores, Ver. Valter e Ver. Alberto Kopittke, eu quero discordar do Ver. Valter. Eu não concordo com o seu discurso e não concordo com as suas ideias. Onde fica a privacidade do cidadão? O Projeto para os táxis é bom. É um Projeto elaborado pelo Executivo, há muito tempo discutido. Agora, vêm as Emendas, que são os famosos puxadinhos, faz para cá, faz para lá. Isso não me serve. Eu acho que o Projeto é bom e dá para entender muito bem como ele vai funcionar. Eu gosto muito da família taxista, Ver. Reginaldo Pujol, Manfro, e o Secretário Cappellari fez um bom trabalho. Isso foi muito discutido. Eu não quero votar nas Emendas, porque acho, Ver. Nereu, que engessa muito o Projeto. Poucas pessoas vão entender este Projeto se começarem essas emendas, emendas e emendas. Quando há um projeto bom para a Cidade, não adianta a gente querer fazer emenda. Pode engessar o projeto, pode não ter utilidade o projeto.

Sou contra as emendas, porque não vejo nenhuma necessidade de emendas. Ver. Valter e Ver. Kopittke, gosto muito dos senhores, acho que são Vereadores extraordinários, mas, nessa situação, eu vou ficar contra; as Emendas não podem ser aprovadas, porque o Projeto já está pronto, elaborado e muito discutido, mas agora vêm essas Emendas! Os Vereadores sabem que, há uns anos, já tivemos uma discussão aqui de projetos absurdos que apareciam nesta Casa.

A Ver.^a Maria Luiza apresentou um projeto para que fossem cadastradas todas as pessoas que iam visitar motel! Achei um absurdo estar discutindo isso! E assim ocorre com a Emenda do Ver. Valter, também, que quer que haja máquina digital, fotográfica, e eu discordo plenamente, porque acho que a privacidade do cidadão, do passageiro, tem que existir. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, no Ministério do Trabalho nós temos algumas NRs – Normas Reguladoras –, que tivemos

que assinar com o Ministério do Trabalho para garantir a empregabilidade em alguns setores, principalmente, Ver. Mauro Pinheiro, no setor de supermercados, para o qual havia um projeto, Ver. Nereu D'Avila, que o próprio cliente pegava um carrinho, colocava os produtos no carrinho, chegava no caixa e passava o seu cartão de crédito. Então, não tínhamos mais nenhum trabalhador dentro do supermercado; os clientes faziam as próprias compras. E nós conseguimos barrar o Projeto no Ministério do Trabalho.

Eu me assusto quando vejo essas questões Blade Runner, que foi um filme que eu vi na década de 1980, com Harrison Ford, em que ele brigava com os computadores, e vimos Mad Max, em que brigava para ter o petróleo. É muita tecnologia na vida de um trabalhador. Se começar a colocar *chip* em táxi, para acompanhar o táxi vazio, para acompanhar o que esse trabalhador... Ele é um trabalhador, mesmo que o Valter diga que é uma concessão, mas atrás dessa concessão temos dois, três trabalhadores, no mínimo. E nós temos várias concessões, em Porto Alegre, que não têm esse controle. Eu queria ver essa braveza que temos na concessão do táxi, no transporte coletivo, em que se precisa ver o número de passageiros no horário do ônibus. Vamos desenvolver essa tecnologia para controlar o número de passageiros, o horário de ônibus, para controlar as rotas dos ônibus, para ver se estão sendo certas; vamos ver essa tecnologia nos ônibus, nos lotações; vamos ver essa tecnologia posta em defesa dos trabalhadores, e não para escravizar, porque, daqui a pouco, vão também botar capacete com *chip*, e aí, quando o trabalhador for ao banheiro, vai dizer se é xixi, se é cocô, vai dizer se o trabalhador levou mais de duas horas para almoçar.

Eu perguntei para o Ver. Professor Garcia, e ele disse que não é falta de decoro dizer essas duas palavras. Eu perguntei a um Vereador experimentado, que tem uma boa jornada nesta Casa, ele disse: "Pode dizer tranquilo, Janta, que não é falta de decoro".

Então, o que é isso, gente? Nós temos que dar segurança aos taxistas, segurança com monitoramento, e esta Casa está favorável a dar segurança e monitoramento. Eu acho que, em relação ao resto, nós estamos enriquecendo as indústrias tecnológicas que vêm para cá – agora esta Casa está discutindo a questão da telefonia – com coisas mirabolantes que, depois, não funcionam; vêm para cá com coisas mirabolantes que, depois, não são disponibilizadas para a sociedade; vêm para cá com todas as soluções, e depois nós não temos acesso a essas soluções, porque, depois, quando nós queremos ver onde está o táxi, o telefone não funciona, Ver. Cecchim, o telefone não tem linha! Aí

pág. 41

nós temos que subir em cima de um morro para ver se pega o sinal. Então, não adianta! Quando nós tivermos uma telefonia que funcione em Porto Alegre, quando tivermos acesso a essas coisas, tivermos um telefone bem mais barato, quando tivermos acesso a essas coisas públicas, aí nós poderemos ter toda essa “blade runner”, toda essa supertecnologia disponível, quando tivermos mais educação, quando tivermos mais acesso a tudo isso. Agora, do contrário, nós temos que garantir a empregabilidade; do contrário, temos que garantir que o trabalhador de táxi tenha sua liberdade de almoçar em casa, tenha sua liberdade de ter descanso no final de semana, não fique o vizinho enchendo o saco, não fique ninguém o incomodando quando ele quer descansar, quando ele quer estar numa sombra descansando, porque ele é um trabalhador, e, mesmo sendo uma concessão, ele pagou por essa concessão. Mesmo sendo uma concessão como várias concessões que nós temos – como a do Mercado Público, várias coisas em Porto Alegre são concessões públicas –, nem por isso nós temos o controle da vida das pessoas, nem por isso nós temos o controle do empreendimento das pessoas, e, agora, nós vamos querer controlar a vida dos trabalhadores taxistas em Porto Alegre!

Com força e fé, vamos seguir lutando pelos direitos dos trabalhadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. Eu quero esclarecer ao Ver. Cláudio Janta que esses elementos fisiológicos só são falta de decoro quando são dirigidos a Parlamentares, a autoridades ou à plateia de forma ofensiva.

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Presidente, Vereadoras, Vereadores e todos que nos assistem. Falamos sobre Emendas e Subemendas. Há pouco, falava-se da Emenda que estamos discutindo, do Ver. Valter Nagelstein. Eu acredito muito em Emendas; a Emenda vem ajudar o Projeto. Aqui nós temos várias Emendas dentro deste Projeto dos taxistas. Tem Emenda minha com o Ver. Bernardino, tem Emenda aqui da Ver.^a Sofia, do Ver. Comassetto... Por que eu falo isso, Ver. Pujol, sobre a Emenda? Naquele Projeto meu do *kit* escolar, o Ver. Pujol colocou uma Emenda que ajudou muito o

meu Projeto. Qual foi o motivo da Emenda que o Pujol colocou nesse Projeto? Porque, muitas vezes, quem está fazendo o Projeto se passa, e o Pujol colocou essa Emenda dizendo que, na metade do ano, teria que se repor todo o material escolar que, por certo, acabaria: seis meses de uso de caderno, lápis, essas coisas iriam embora.

Então, as Emendas aqui são boas. Eu, antes de fazer, antes de colocar essa Emenda com o Ver. Bernardino, procurei muito conversar com os taxistas, com os quais convivo muito ali no Centro, procurei conversar bastante com o pessoal do sindicato, e eles viram que a Emenda era boa, assim como a do Ver. Valter Nagelstein é uma Emenda boa. A Emenda não vem aqui cortar nada, a Emenda vem aqui dar mais subsídio para o taxista. Porque não existe a melhor segurança no mundo. Se assim o fosse, a maior segurança do mundo estaria nos Estados Unidos, mas a segurança foi vazada nos Estados Unidos e há um no corredor da morte lá.

Essas Emendas são para, cada vez mais, melhorar o trabalho do táxi, o trabalho daqueles que necessitam do táxi no seu dia a dia e para a segurança dos motoristas de táxi. Então, Sr. Presidente, eu não vejo um corpo sem pernas e sem braços no Projeto. Por isso, eu não vejo que seja um Projeto bom sem Emendas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna porque, diferentemente do Ver. Brasinha e concordando com o Ver. Tarciso, Ver. Brasinha, eu acho que as Emendas... Ver. Brasinha, se o senhor houvesse apresentado algum argumento... Esse de simplesmente dizer que as Emendas são um puxadinho não contribui em nada para o debate. Então, como já comentamos, não seremos apenas carimbadores dos projetos de lei, sejam de quem for, nem do Executivo, nem do Legislativo, porque as Emendas são para qualificá-los, e essa Emenda proposta pelo meu colega Ver. Kopittke realmente questiona e melhora, em muito, a forma como nos relacionamos com a mobilidade urbana na Cidade. Eu escutei aqui diversas afirmações que não condizem com a Emenda do Ver. Alberto. Uma, por exemplo, é a de que seria fácil localizar o trabalhador, como colocou o Ver. Janta, quando, na verdade,

não há a identificação do táxi, não se sabe que o táxi é do Sr. João da Silva. Há, simplesmente, um táxi circulando naquele momento.

E mais: se o taxista quiser desligar o taxímetro, ele some do sistema. Então, se o taxista não quiser ser reconhecido, se não quiser que saibam que ele está circulando, ele desliga o taxímetro e, a partir deste momento, some do sistema. Pelo menos é o que o Projeto do Ver. Alberto Kopittke coloca: serão sinalizados apenas os táxis que estão livres. Se não me engano também os que estão ocupados, não é, Vereador; os que estão ocupados ou apenas os que estão livres? Apenas os livres... Então, se ele estiver ocupado ou se ele desligar o taxímetro, se não quiser ser encontrado, pronto, sai do sistema e ninguém sabe onde ele está.

Bom, também se falou aqui na segurança dos taxistas. Na Emenda anterior, o objetivo era justamente que esses dados sobre estão os táxis, em um determinado momento, sejam disponibilizados para os órgãos de segurança do Estado, inclusive com o botão antipânico, ou seja, neste momento, os órgãos de Segurança saberão onde estão os táxis. Assim, se acionado o botão antipânico, pelo menos ficará ali o rastro de onde esse táxi foi parar. Então, mais segurança para os próprios taxistas. Parece-me uma discussão, Sr. Presidente, bastante emocional, baseada nessa lógica de que um Vereador da oposição não pode contribuir para um projeto. E olha que estivemos aqui, como colocou o Ver. Valter Nagelstein, em uma Comissão formada por vários Vereadores que acompanhou o Prefeito.

Eles viram de perto, *in loco*, em São Francisco, um sistema que funciona. Eu não tenho notícia nenhuma, salvo ignorância minha, de que, em São Francisco, houve um morticínio de taxistas. Para mim e para o Ver. Alberto Kopittke que estreamos há poucos meses nesta Casa, é com pesar que ficamos sabendo que projetos bons, que racionalmente se justificam, que estão em consonância com a modernidade, com o direito à informação, não passarão. Tomara que isso não aconteça, mas se não passarem, foi por uma mera disputa ideológica de quem propôs.

Ver. Cláudio Janta, uma Emenda – acredito ser a próxima a ser votada –, que justamente estende para táxis e lotações esse sistema de GPS, na defesa do transporte coletivo, para que o trabalhador também saiba onde está. Se eu não me engano, o Projeto não determina que isso seja de acesso às pessoas, só para a EPTC; mas num segundo momento, quem sabe as pessoas, assim como poderão saber onde está o táxi, também

poderão saber onde estão os ônibus, o quanto vão demorar para chegar à parada. É isso que torna o transporte coletivo funcional, e quem ganha com isso são as pessoas do transporte individual para o transporte coletivo. Então, sinceramente, é com muito pesar... Se essa Emenda não passar, parece-me um retrocesso numa discussão que vai para o bem da Cidade, para que as pessoas deixem o carro em casa e comecem a utilizar mais o táxi e o transporte coletivo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mario Manfro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Em votação nominal, solicitada por vários Vereadores, a Emenda nº 03, destacada, ao PLE nº 007/13. (Após a apuração nominal.)
REJEITADA por 10 votos **SIM**; 16 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 007/13. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 007/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a nossa Bancada está encaminhando uma Emenda sobre um dispositivo que já tarda na Cidade de Porto Alegre. De fato, todo esse debate com relação às concessões de táxi, com relação à política de interesse público que é a do transporte para o cidadão, nesse caso o transporte individual, tem a ver com a oferta de ônibus, de lotação e como a futura instalação de um metrô.

Trabalha-se, hoje, com um novo momento: saímos da apropriação privada, da transmissão por herança, dos contratos frágeis e prorrogados indefinidamente, e vamos para um novo momento, para o controle público, para o momento da qualificação, da concessão por edital, da observação dos prazos legais nas concessões, do serviço de qualidade, do serviço não controlado apenas pelos órgãos públicos, mas controlados pelo cidadão. Então, a nossa Emenda, Ver. Sefora, estende o sistema de monitoramento por GPS para ônibus e lotações na Cidade de Porto Alegre. Nós sabemos que, para os ônibus, já está sendo pensado, mas que ainda é um procedimento que a EPTC realiza via

antenas, em determinadas vias. Nós achamos que todo o sistema público, o serviço público de transporte precisa ser controlado, monitorado, avaliado pela cidadania ativa – a Emenda anterior do Ver. Kopittke tinha esse sentido – e, ao mesmo tempo, trazer segurança para os servidores e funcionários que atuam nesses meios de transporte e para a população. Nos ônibus e lotações, funcionários, cobradores e motoristas também têm sido atingidos, assim como os taxistas – os taxistas de forma mais dramática –, pela violência, pelo assalto, devido à exposição que têm, o que leva, na verdade, os clientes, os passageiros também a ficarem expostos. Se nos táxis há esse risco – o risco individual, de duas ou três pessoas, e dos motoristas –, nos coletivos o risco é maior ainda, porque ali o meliante, lamentavelmente, enxerga um potencial maior. Nós vivemos situações terríveis de assalto, como as do Rio de Janeiro, e ainda por cima de estupro de mulheres dentro de coletivos.

O GPS, a tecnologia, veio para apoiar a qualidade do serviço público, a capacidade do gestor de fazer o controle, a transparência total desses serviços, para que também o cidadão ajude o gestor a controlar, porque não é possível que a EPTC tenha capacidade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Portanto, a capacidade de acompanhamento do cidadão diz tudo. O Ver. Kopittke me explicava sobre a criação de *software*, de trabalho sobre as informações, de pesquisas das universidades para ajudar o gestor a avaliar o serviço público, que são aportes que as novas tecnologias, Ver. Nereu, nos trazem e que nós temos que incorporar. A sociedade do conhecimento, do século XXI, não permite mais ao gestor que não tenha explicação a dar e que não tenha condições de, ao terceirizar um serviço, ao conceder um serviço, ter garantias de qualidade, ter capacidade de análise, de identificação do problema e oferta de segurança para quem está exposto, no cotidiano, atendendo às pessoas, que poderão ser pessoas do bem que procuram um serviço ou poderão ser pessoas que procuram ali praticar um crime. Então, nós somos a favor de estender para todo o sistema... (Som cortado, automaticamente, por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu dei uma saidinha para fazer um teste. Peguei o telefone, Ver. Janta, Ver. Garcia, e o senhor tinha toda a razão ao dizer que não precisa de lei para fazer isso e que não precisa votar, por quê? Se vocês pegarem o telefone ou o *tablet* e colocarem *easytaxi.com.br*, verão que temos à disposição táxis com apenas um toque. Já existe em Porto Alegre isso, então para que fazer uma lei? O Ver. Alberto tem razão, ele quer fazer... Sei lá o que ele quer fazer, outra empresa? Ou quer que nós paguemos a conta dos outros! Acho que não, Ver. Alberto, alguém tem que pagar pelo serviço. Eu já vi, aqui, que tem uma empresa que faz o serviço em Porto Alegre; eu não conhecia, fiquei sabendo agora, fui fazer o teste e deu certo. Agora, eu tenho que concordar com o Ver. Janta. Às vezes, tu tens o serviço do táxi, mas falta o serviço da Internet, da banda larga. Cadê o 3G? Cadê o 4G? Nós não queremos votar o 4G aqui na Câmara, mas queremos o serviço. As escolas ganharam computadores e não tem a banda larga. Quer dizer, se nós queremos fazer uma coisa, vamos fazer uma coisa de cada vez. Vamos votar esse Projeto.

O Ver. Valter Nagelstein disse que, após esse Projeto, vai apresentar uma só com a foto. Eu acho que nós temos que fazer isso mesmo. Deus faz o projeto, depois começa a estudar as coisas factíveis, aquelas que podem ser feitas; não adianta colocar a carroça na frente dos bois. Eu quero dizer que, ao fazer esse teste que eu fiz com a Easy Taxi, eu fiquei convencido que nós não precisaríamos estar falando uma tarde toda aqui, poderíamos já ter aprovado esse Projeto, que é importante para a segurança, inclusive, da população e dos taxistas, pois evita que os malandros... Aquele mau taxista que usa o táxi para outras coisas que não carregar passageiro, já fica contemplado com o rastreamento. Então, vamos votar o Projeto de uma vez e vamos deixar que a iniciativa privada faça bem feito o que tem feito até agora. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 007/13, como autor.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, meu prezado colega, Ver. Cecchim, a defesa que o senhor fez aqui não tem nada a ver com a Emenda que nós propusemos. A Emenda que a nossa Bancada do Partido dos

Trabalhadores propôs tem um significado muito claro. O primeiro é que reconhece o Projeto que está sendo apresentando pelo Executivo e propõe que o monitoramento que está sendo proposto para os táxis no Projeto de Lei seja estendido à frota do transporte coletivo de ônibus e lotações. Nós estamos tratando aqui do transporte público, que é concessão do Poder Público Municipal para o transporte público. E quais são as concessões, hoje, feitas pelo Município de Porto Alegre para o transporte público de ônibus, lotação e táxi? Se ele está sendo realizado, através desse Projeto de Lei, para os táxis, o que nós estamos sugerindo é que o Município estude e estenda isso para os ônibus e lotações. Nós estamos falando de comunicação e de tecnologia. Está aqui o Cappellari, nosso Secretário, que vem fazendo um trabalho, com muito esforço, na cidade de Porto Alegre, e ele sabe que não é possível ter o mapa total dos ônibus que estão andando, neste momento, em Porto Alegre. Agora, se nós tivermos um sistema como esse, instalado, através do controle geral, poderá estar no painel, inclusive, aqueles ônibus que, porventura, quebraram ou que saíram do sistema. Momentaneamente, tem-se esse controle. Eu ouvi aqui muitos elogios: “O primeiro mundo tem tecnologia avançada”. Nós comentávamos, eu e o Ver. Prof. Newton Braga Rosa, que foi comigo a Hannover – fizemos a Comissão com a qual ganhamos, para a Porto Alegre, a BITS, a Feira Mundial da Tecnologia da Informação –, e ele dizia: “Que fantástico isso!” Quando os ônibus e os trens vinham se aproximando, aparecia no painel: “Daqui a 2min passará o ônibus para a Restinga”; “Daqui a 1min e meio passará o ônibus tal” – com o número do ônibus e o horário; “Está chegando o coletivo”. Um sistema como esse, se estiver interligado com um sistema de informação e comunicação, é possível estender e criar a possibilidade desse controle.

Então, o que nós estamos sugerindo aqui nada mais é do que o Projeto que já é apresentado pelo Executivo; que ele possa ser estendido dos táxis para os lotações e para os ônibus também – Ver. Paulinho Motorista, que foi motorista de ônibus por muito tempo. Eu tenho certeza absoluta de que os motoristas de ônibus e os trabalhadores do transporte público, de lotação e ônibus, se souberem desse Projeto, serão os primeiros a defendê-lo, porque esse sistema oferece proteção para os trabalhadores e inclusive para os passageiros, pois identifica onde estão os veículos. Se houver algum problema, vai ajudar a socorrer e exigir das empresas que cumpram os horários definidos. Então, a nossa Bancada propôs essa Emenda, para que o monitoramento que está sendo

proposto neste Projeto de Lei seja estendido para os ônibus e para os lotações, e, com isso, que a gente venha a fazer a qualificação. É um item para ajudar na qualificação do nosso transporte público coletivo e um item que, com certeza, vem para auxiliar na Segurança pública, tanto dos trabalhadores quanto dos usuários. Por isso, meus colegas Vereadores e Vereadoras, eu venho aqui, obviamente, pedir o voto favorável a esta Emenda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente Mario Manfro; senhoras e senhores; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; nossos telespectadores e ouvintes, eu estava acompanhando desde o início essa discussão sobre as Emendas – boas Emendas encaminhadas, duas delas por iniciativa do Ver. Kopittke. E ouvi desse Vereador a manifestação de que, na verdade, nós estaríamos rejeitando essas Emendas, pura e simplesmente, por terem sido apresentadas pela oposição – esta manifestação que me faz vir à tribuna para dizer que não. O que nós compreendemos nas nossas discussões? Este Projeto, como os demais que virão, tiveram uma exaustiva discussão com a EPTC, capitaneada pelo nosso Presidente Cappellari, e também com o pessoal do táxi. Então, o Projeto vem para a Câmara depois de um longo período de discussão.

A Emenda nº 01, que pede a informação, em tempo real, para a Segurança pública, em síntese, requer um custo bastante alto para implantação desse sistema. A Emenda nº 03 requer a mudança de equipamentos e de sistemas na EPTC para disponibilizar esses dados. Com relação à Emenda nº 04, que estamos discutindo agora, também diz que se estenderia essa mesma exigência do monitoramento para os serviços de transporte de lotação e ônibus. A nossa posição é contrária exatamente pelo conjunto de discussões que aconteceu no Executivo, no caso da EPTC, quando se escreveu este Projeto. A proposta é para o táxi. Evidentemente, mais adiante, com outra discussão, com outro envolvimento tratando deste tema, a proposta pode ser estendida para o ônibus e para o lotação. Por isso, meu caro e amigo Ver. Kopittke, nada contra a origem da proposição.

Mas nós estamos aqui votando contrariamente com base nas informações que colhemos junto ao Executivo, no caso específico, à EPTC. Era isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 007/13, pela oposição.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Peço escusas aos colegas, a minha fala tem apenas o intuito de esclarecimento, porque esse vai ser um tema que nós vamos discutir, espero eu, várias vezes. Eu acho que hoje foi um primeiro momento, acho que foi muito positivo. Quero saudar aqui a fala do Ver. Valter Nagelstein também – estou me referindo à Emenda anterior –, e peço aqui ao Ver. Aírto Ferronato para que a gente possa abrir, desde já, essa discussão com o Governo; e eu saúdo aqui a sua fala. O que me preocupa é a postura do Executivo. Eu sei que o Projeto foi longamente debatido na EPTC, mas, se existia apenas a possibilidade de nós debatermos na EPTC, então que nós tivéssemos sido chamados lá! Porque eu sou Vereador, eu debato as coisas nesta Casa! Eu fico esperando o Executivo enviá-las para cá e quero contribuir! Eu não sou engenheiro, pouco posso falar quando tratamos aqui de assuntos técnicos relacionados a essa área; a área ambiental, a área de defesa dos animais não são minhas áreas! Mas, nessa área de tecnologia, o Vereador que lhes fala tem alguma experiência, e quero trazer essa contribuição! Porque eu vi o advogado da EPTC aqui, na Sessão passada, falando que a minha proposta traria muitos custos. Não é verdade! Essa informação está errada, equivocada e é atrasada. Essas informações ficam disponíveis e podem ser acessadas em vários lugares.

Sobre o que o Ver. Cecchim aqui muito bem colocou, que bom que ele conheceu esse aplicativo do Easy Taxi, graças à nossa discussão, espero que ele faça bom uso. Eu sou usuário do Easy Taxi, que é uma empresa privada, que nada mais é do que o mesmo que hoje os radiotáxis são no mundo digital. O taxista, para usar o sistema Easy Taxi, também tem que pagar para essa empresa cada chamada que ele recebe. E é isso que não será mais necessário, uma vez que a informação vai estar disponível. Quem é contra a minha Emenda é a própria Easy Taxi, porque eu estou acabando com o nicho de mercado que ela está tentando criar.

Essa proposta que a Bancada traz é exatamente o que o Ver. Janta veio aqui exigir de todos nós. Ele queria ver essa mesma ênfase do acompanhamento dos táxis para o transporte público, ônibus e lotações. Está aí! Por que a EPTC não nos autoriza a que esse mesmo bom sistema, que eu mesmo já elogiei aqui, seja também instalado nos ônibus da Cidade? Hoje é usado um sistema antigo, por antenas, que identifica algumas linhas. Esse sistema agora teria um custo para o concessionário, e qualquer um de nós poderia saber qual o próximo ônibus que chega, o tempo que está demorando, tirar relatórios, fazer a fiscalização do transporte público; por que não pode? Eu não ouvi isso aqui; não ouvi nenhuma refutação de mérito. Eu ouvi divergências políticas, partidárias, levantando outros temas, mas o mérito da proposta, inclusive desta Emenda que discutimos, que é a extensão do sistema, não com dados abertos, apenas para a EPTC, dos ônibus e dos lotações, também não vai ser possível. Espero, e saúdo esse seu gesto, que a empresa e o Governo realmente se disponham a fazer esse debate de forma franca e aberta, porque nós estaremos aqui para contribuir, que é o nosso verdadeiro compromisso. Infelizmente, não será hoje que os cidadãos de Porto Alegre vão poder acompanhar o transporte público, o qual eles mesmos pagam e têm o direito de fiscalizar, porque o Governo está dizendo que não.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Em votação nominal a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 007/13, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 007/13. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 007/13.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu quero, rapidamente, dizer o seguinte: primeiro, eu tenho fé e acredito nas prerrogativas do Poder Legislativo. Nós estamos aqui, Ver. Brasinha, querido amigo, para tentar contribuir, aperfeiçoar as leis. Senão, fecha o Parlamento! Se não pudermos emendar nem discutir, fecha o Parlamento! Aliás, muita gente gostaria que fechasse; mas eu não me filio a essa

corrente. Penso que no sistema de pesos e contrapesos da democracia, o Parlamento é importante. E toda vez que nós discutimos e propomos emendas, estamos buscando aperfeiçoar, Ver.^a Jussara Cony e Ver. Airto Ferronato.

Em segundo lugar, meu querido amigo, Ver. Cláudio Janta, com relação a esse argumento anticientífico, eu quero lembrar só duas passagens: Galileu Galilei foi proibido de falar porque ele discordou, num determinado momento, daquilo que era consenso. Uma instituição – que o Ver. Professor Garcia não quer que eu diga qual – achava que a Terra era o centro do universo. Depois, quero lembrar que em 1920, o cientista Oswaldo Cruz desenvolveu a vacina e as multidões saíram à rua, em revolta, para lutar contra a vacina; não queriam ser vacinadas porque achavam que aquilo era um retrocesso. Então, muito cuidado com o discurso anticientífico! A tecnologia está aí para nos ajudar.

Aquela previsão malthusiana, de Thomas Malthus, que dizia que a população crescia de forma geométrica e a produção de alimentos crescia de forma aritmética, e, portanto, a humanidade estava fadada a acabar não aconteceu, por quê? Por causa da tecnologia. Foi a tecnologia que foi capaz de trazer novos meios de produção e graças à tecnologia a sociedade consegue avançar. O que estamos propondo, aqui, é colocar a tecnologia a serviço do trabalhador, Ver. Cláudio Janta, em favor do trabalhador!

E, por último, com relação ao negócio da câmera, eu quero fazer um *mea-culpa*, confesso que errei. Errei porque propus uma subemenda à Emenda dos Vereadores Bernardino Vendruscolo e Tarciso Flecha Negra, que é boa, tem bons propósitos. Mas a Emenda dos Vereadores Bernardino Vendruscolo e Tarciso Flecha Negra, como bem chamou a atenção o Ver. Idenir Cecchim, tem uma fragilidade, que é a seguinte: e se o motorista resolve gravar e o cidadão está falando no celular? Aí, sim, invade, verdadeiramente, a privacidade. Mas a foto não! Quero lembrar os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras, Ver.^a Séfora, que existem hoje, em Porto Alegre, 620 câmeras espalhadas nas ruas, e que bom que tenhamos 1.000 câmeras, porque a câmera inibe o crime. Se nós tivéssemos uma câmera, Ferronato, que faz uma foto do cidadão que entra no táxi, esse *serial killer* que matou seis taxistas, no primeiro taxista pegariam ele, porque a autoridade chegaria no GPS dele, veria a foto e saberia quem tinha sido o último passageiro que entrou ali. Quero deixar aqui, como sugestão, mesmo que não seja aprovada, irei encaminhar em separado uma emenda, para que haja um sistema de foto. Hoje, eu não consigo entrar em um edifício sem que a pessoa peça a minha identificação e faça uma

foto. Está invadindo a minha privacidade? Claro que não, é para o bem das pessoas, para o bem da pessoa que está frequentando aquele espaço. Então, se eu entrar num táxi e houver um registro fotográfico, Ver.^a Luiza, quando eu abrir a porta e fechar, e aparecer só a minha cara, se a autoridade policial precisar, como precisou agora, ela vai lá no disco rígido pegar a foto da pessoa. Nós poderíamos, por exemplo, ter salvado seis vidas. Não estou falando do sistema de áudio nem de vídeo, estou falando exclusivamente da foto. A foto é importante, é um avanço, e nós precisamos caminhar nesse sentido. Se esse sistema estivesse funcionando, Ver. Ferronato, nós já teríamos salvado vidas; e mais do que isso: se um bandido for entrar num táxi – estou falando para a vida dos taxistas, em favor dos taxistas – e há um sistema automático que faz a foto do cara que entra ali, ele já não entrará mais no táxi, porque ele sabe que a “latinha” dele vai ficar ali gravada. Não é para chantagear ninguém, para nada, é para a vida do taxista, para resguardar e salvar a vida dos trabalhadores de táxi.

Então, eu acho que ter uma foto é essencial, é bom, é bom em todos os sentidos, Ver. Mario Manfro. Portanto, nós precisamos disso. Se há tecnologia disponível... E não custa nada uma camerazinha ali e fazer a foto. Nós precisamos ter isso. É por isso que faço esse apelo. Se não conseguirmos aqui, vamos construir um consenso, Ver. Airto Ferronato, para ter um sistema de uma camerazinha dentro do táxi, porque nada me convence, Janta, que isso não seja bom e o propósito disso é o maior que pode existir. Diz um provérbio bíblico, Ver.^a Luiza, que quem salva uma vida salva a humanidade. Então, se tivermos um sistema desses que pode salvar uma vida e que pode preservar a vida do trabalhador do táxi, não é abuso, nem ousadia, nem arrogância dizer, meu caro Ver. Elizandro Sabino, que, salvando a vida de um trabalhador taxista, podemos estar salvando uma família e, salvando uma família, por que não... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Em votação nominal, solicitada por este Presidente, a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 007/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 5 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Consequentemente está prejudicada a Subemenda nº 01.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 007/13. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO**, por 27 votos **SIM**.

(17h38min) Encerrada a Ordem do Dia.

O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento): Solicito que o período de Comunicações seja transferido para a próxima Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, a Pauta Especial é o Plano Plurianual, correto? Eu só quero compartilhar com os colegas Vereadores e Vereadoras a informação de que, por força de disposição legal, amanhã estará vindo à CEFOR, em Audiência Pública, o Secretário Municipal da Fazenda exatamente para tratar do Plano Plurianual. Portanto, ficam todos os Vereadores e Vereadoras convidados a acompanhar os integrantes da CEFOR nessa reunião que vai exatamente discutir a alocação dos recursos no Plano Plurianual. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Perfeito, Vereador.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, também quero convidar todos os colegas, que não tenham reunião das Comissões, amanhã, para a reunião de nossa Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Ver. Reginaldo Pujol. Também irá nos honrar com sua presença a Secretária Deborah Villela. Será às 10h, e todos os Vereadores estão convidados.

O SR. PRESIDENTE (Mario Manfro): Passamos à

PAUTA ESPECIAL

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, volto aqui na discussão do PPA, agradecendo à Ver.^a Sofia a inversão de tempo. Venho aqui, mais uma vez, frisar uma preocupação que estou tendo ao analisar o PPA, que nada mais é do que o planejamento de quatro anos para a nossa Cidade; só isso. Se ele é uma peça mais ou menos usada no Brasil inteiro... essa é uma preocupação de todos nós, mas é uma peça importantíssima que serve de referência e que o Prefeito veio aqui nos trazer. Ela acaba expressando uma orientação de governo não só para um ano, mas para quatro. Eu quero pedir o apoio dos colegas que vão debater na CEFOR, Ver. Valter, que também vai debater lá; quero trazer a minha preocupação aqui para o Ver. Aírto Ferronato, Líder do Governo, com a parte do PPA em que é garantida a Segurança pública. Eu já fiz a minha defesa aqui disso, todos sabem a minha concepção sobre segurança, sobre modelo integrado, e a importância de o Município entrar no tema da Segurança, mas, infelizmente, no PPA, não é isso que encontramos.

Quero saudar a colega Carmela Grune, que faz um trabalho no Presídio Central. Eu destaco aqui, Carmela, o trabalho que poderemos fazer com os egressos do sistema prisional através, por exemplo, da FASC. Sei que ela pode não ter a competência legal, constitucional, mas eu não estou falando disso, eu estou falando em o Prefeito chamar para si a responsabilidade de diminuir a violência na Cidade em todos os âmbitos: prevenção primária nas escolas, prevenção secundária com os jovens da periferia, prevenção terciária com os egressos do sistema prisional, vítimas de violência, enfim, todas as dimensões, até a colocação de câmeras nas ruas.

Líder Comassetto, o que eu encontrei quando fui estudar o PPA? Que o investimento da Prefeitura previsto na área da Segurança pública, o segundo maior problema da Cidade segundo a população, em todas as pesquisas, tem apenas – e eu quero destacar esse número porque senão o pessoal pode achar que eu estou falando um número errado – 0,05% do Orçamento da Cidade destinado para investimentos em Segurança pública. E é bom que ainda estamos no momento de discussão, porque eu quero ajudar o atual Secretário de Segurança, que é colega Vereador! Eu quero que ele tenha condições. Bom, depois eu vou criticá-lo, se eu discordar, mas hoje ele não tem um centavo para

dispor na área da Segurança pública, e isso me preocupa. Não é esse o compromisso que o Prefeito assumiu durante a campanha.

Então, eu trago aqui esta reflexão. É legítimo que todas as áreas venham disputar os recursos: Saúde, o seu percentual constitucional é de 20%; Educação, o seu percentual constitucional, e Segurança, um dia tem que entrar na pauta para os governantes, e todos, eu não estou falando somente de Porto Alegre!

Então é 0,05% do total do PPA na área de investimentos para a Segurança pública, e eu peço que a Administração possa refletir sobre isso e, sim, retirar de outras áreas não tão prioritárias e colocar em Segurança pública, porque jovens estão morrendo. E eu não estou aqui dizendo que isso é culpa do Prefeito, mas salvar algumas vidas pode ser graças ao Prefeito. Talvez não seja culpa, juridicamente falando, a situação de insegurança, mas a melhoria poderia partir dele também. Eu trago essa preocupação porque está na Prefeitura, há pelo menos três meses – só para dar um exemplo aqui –, o Projeto de Policiamento Comunitário proposto pelo Governo do Estado para a Administração Municipal, projeto esse que começou sendo implantado em Caxias, cidade administrada pelo PDT, projeto que consiste em a Prefeitura dar uma bolsa para o policial, o Estado dar a viatura e mais um abono salarial para esse policial poder viver dentro da comunidade onde ele atua, recuperando os vínculos com a comunidade. Nas comunidades onde esse projeto foi implantado, não ocorreram mais homicídios, e por isso esse projeto começou a ser expandido para a Região Metropolitana e foi lançado por vários Prefeitos, na semana retrasada, em toda a Região Metropolitana, recebendo viatura nova e equipamentos novos e esse apoio salarial por parte do Estado e do Município. Eu quero que o Projeto saia, eu quero que o Prefeito possa estar diante desse Projeto, tocando ele, porque ele vai ser bom para a Cidade, mas, para isso, precisamos ter recurso para a Segurança. Como todos sabem, este foi um compromisso meu de campanha, não há como falar em qualquer política pública se não falarmos em recurso. Então, estou aqui trazendo este debate, para que possamos contribuir e discutir melhorias para a Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Nedel. Eu queria iniciar, Ver. Valter, dizendo que é importante que a CEFOR esteja fazendo o debate, mas acho que a responsabilidade desta Casa é fazer um debate mais público, melhor noticiado para a Cidade dizendo que se trata da discussão do Plano Plurianual. Nós não estamos discutindo o orçamento de um ano, não estamos discutindo o planejamento de um ano, estamos projetando a Cidade para os próximos quatro anos. E a Cidade já fez, em outros momentos, um debate em todas as regiões, chamando o fórum de Delegados, informando o Orçamento Participativo, informando as Regiões, acolhendo Emendas e, de fato, sendo permeado pelo debate da população. Eu sei que não foi esse o processo da produção da lei que hoje está nesta Casa; portanto, a nossa Câmara precisaria proporcionar, se tivéssemos fôlego, pois teremos muitos Projetos para votar, e temos Comissões, e temos recesso, não sei se temos fôlego para fazermos algumas atividades regionalizadas, possibilitando esse debate.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado pelo aparte. Só para lhe dizer que nós publicamos em um jornal de grande circulação, conforme determina a Lei, e este Vereador, Presidente da Comissão, ainda veio aqui à tribuna, há poucos minutos, para divulgar a realização.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Será amanhã, Ver. Valter?

O Sr. Valter Nagelstein: Amanhã, às 10h.

A SRA. SOFIA CAVEDON: É muito em cima.

O Sr. Valter Nagelstein: Eu acredito que fizemos tudo aquilo que deveria ser feito no sentido da divulgação que a ilustre Vereadora reclama. Obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu considero ainda pequena, pela dimensão do Plano Plurianual. E quero, inclusive, entrar em alguns temas, já discutir o Plano Plurianual, sobre a perspectiva da Educação – gostaria de discutir hoje mais sobre a perspectiva da Cultura. Nós estamos vivendo em Porto Alegre uma redução de recursos para a Cultura ao lado do grande investimento em entretenimento. E isso não é Porto Alegre; isso é Brasil. É um tema de escolha de uma Nação, na minha opinião, bastante preocupante, porque quanto mais entretenimento se dá ao povo e menos cultura, mais teremos que trabalhar com o controle externo da vida em sociedade, da vida coletiva.

O povo, quando consegue ter acesso à construção da autonomia moral... Por isso, na semana passada, fazíamos, inclusive, a discussão sobre câmeras de vídeo em sala de aula. Acho que era exemplar este debate. Se nós precisamos estabelecer câmeras controlando todos os cidadãos em todos os lugares, é sinal da falência da construção de um povo com autonomia moral. Essa autonomia moral passa, sim, por uma educação emancipatória, por bancos escolares que ensinam democracia desde a sala de aula, desde o estabelecimento de regras de convivência, da construção, da compreensão do estado brasileiro, do contrato social que rege a nossa vida em sociedade e dá a condição plena de cada cidadão sujeito de alterar esse contrato social, mas sentindo-se soberano e partícipe desse contrato social, também a responsabilidade com o cumprimento dele.

Portanto, se não investirmos numa transformação da escola, do currículo da escola para a construção de cidadania, de autonomia, e não investirmos fortemente na produção cultural, na vivência, na fruição cultural, na possibilidade da simbolização que a cultura permite, porque cultura é crítica; entretenimento é conformidade. Então, uma Cidade que reduz, ano a ano, recursos e investimentos na Cultura, que tem o Araújo Vianna, que antes era palco de manifestação cultural, tendo a grande maioria, ou, aliás, a totalidade dos seus eventos gratuitos à população, passando a receber grandes *shows* da cultura consolidada, da cultura de elite a preços caríssimos, é emblemática para uma Cidade que não aposta nessa construção de autonomia moral. Quem pode comprar cultura, comprar *shows*, comprar entretenimento, como foi, como é e como está sendo a Copa das Confederações, que sei lá qual é o preço desses ingressos para grandes jogos de futebol, Ver. Nedel, não tem, certamente, a possibilidade de construir uma postura diferenciada, de solidariedade, de humanidade, uma reflexão crítica sobre os motivos pelos quais a vida na Terra está ameaçada, por exemplo, pelo desenvolvimento que interfere

pág. 58

mortalmente no meio ambiente, não consegue entender por que uma juventude está na rua, não consegue fazer escuta, não tem permeabilidade para essa escuta. Então, eu acho que o nosso Plano Plurianual tem que indicar uma recuperação dos recursos para a Cultura, que já teve 2,5%. O Ver. Nedel que se preocupou, conseguiu e consagrou, e está bem em recuperar a posição deste Parlamento, e dentro de uma severidade, de uma economicidade, porque talvez nós sejamos o Parlamento mais econômico deste País. Nós queremos projetar, Ver. Nedel, a mesma recuperação – porque é uma recuperação que a gente faz em relação ao Legislativo – dos recursos da Cultura. Uma Cidade que não dispõe de recursos para garantir uma descentralização da Cultura, por exemplo, para que os jovens tenham oficinas continuadas de Cultura, para que possam descobrir o seu talento, para que tenham acesso à música, ao teatro e ao cinema, terá que investir muito em Segurança, terá que fazer um controle externo de cidadania – impossível sem limite e sem recurso para tal.

Então, a minha expectativa de um maior debate na Cidade, do Plano Plurianual é para que esses temas estratégicos tenham um tratamento. Não adianta fazer um debate pontual: “Ah, vou resolver tal problema, tal gargalo, em tal rua, em tal sinaleira”. Nosso Legislativo tem que fazer um debate estratégico, porque o Plano Plurianual tem esse sentido estratégico; não é o sentido tático, não é o sentido orçamentário anual que, depois, deverá obedecer a esse sentido estratégico, Ver. João Carlos Nedel. Eu, aqui, em outro debate, propus que a Educação projete a cobertura total do custo das creches comunitárias no programa ou na diretriz que está colocada no Plano Plurianual. E acho que na Cultura nós devemos fazer o mesmo. De onde vai sair? Nós vamos fazer esse debate! Mas tem de onde sair, são escolhas políticas. E esse debate nós faremos. Nós não governamos, estamos na oposição, mas este é o momento de projetar a Cidade que queremos daqui a quatro anos. Será uma Cidade com muito mais grades, será uma Cidade com muito mais controle, com muito mais polícia, Ver. Sgarbossa, ou será uma Cidade onde a população constrói uma autonomia moral – e sei que V. Exa. concorda, por isso que lhe cito – através de cultura, de educação, da ocupação de espaços públicos, através de vida em comunidade, em solidariedade? E isso produz segurança, produz novas posturas, atrai a juventude, atrai a gurizada, tira a gurizada das drogas, tira a gurizada de alternativas que não são de vida e de esperança. Então, este é meu tema:

Plurianual é debate estratégico, não é debate de pequenas obras, de pequenas atividades, e a Cidade precisa vir para esse debate.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o PPA é um tema muito importante, pois vai tratar de diretrizes e de planejamento orçamentários para os próximos quatro anos. Acredito que, junto com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as leis orçamentárias anuais, seja, Ver. Valter, um dos temas mais importantes que esta Casa acaba tratando aqui no seu dia a dia. Acho muito importante abordar o Plano Plurianual e as leis orçamentárias, de forma a transformá-las, cada vez mais, em peças mais factíveis de serem executadas. Quando se fala que as leis orçamentárias acabam virando peças de ficção, isso é uma pena, porque todo o planejamento acaba indo água abaixo. Mas quero trazer aqui uma discussão em relação ao Plurianual e às leis orçamentárias que é a questão do municipalismo e do que está sobrando de Receita para os Municípios, unidades da Federação. Na verdade, sobra-nos, nessa discussão, trabalhar com a escassez de recursos, Ver. Janta. Nós acabamos tendo de decidir se vai um pouquinho mais para a Saúde ou se tira da Saúde para colocar na Cultura, Ver.^a Sofia, porque o que sobra para os Municípios, em termos orçamentários, do bolo tributário geral deste País, está cada vez menor. Desde 1988, aumentaram as responsabilidades dos Municípios, várias incumbências foram transferidas para os Municípios, e nós recebemos do bolo tributário cada vez menos recursos para os Municípios administrarem. E esses recursos estão concentrados nas mãos do Governo Federal. Então, nós precisamos, sim, falar na reforma tributária, que é tão falada neste País, mas parece difícil de se fazer. É a alocação de recursos mais próximos, Ver. Mauro, da comunidade. É nos Municípios onde vivem as pessoas que temos mais condições de definir onde é mais importante gastar. Talvez, se tivéssemos, aqui, nos Municípios do Brasil, a concentração dos recursos, nós não teríamos gastado bilhões de reais em alguns estádios. Talvez, continuássemos gastando em mobilidade urbana o que está sendo investido nas 12 capitais onde teremos Copa do Mundo. Então, se faz muito

pág. 60

necessária essa discussão da reforma tributária. Só no ano passado, Porto Alegre perdeu 19 milhões do Fundo de Participação dos Municípios em função das novas isenções que o Governo Federal deu. E eu não estou aqui dizendo que as isenções foram totalmente erradas, porque elas também garantiram empregos na produção da linha branca, bem como garantiram empregos com a isenção do ICMS e do IPI na linha de montagem das montadoras, mas nós precisamos, sim, que os Municípios não paguem essa conta. Não é possível que nós tenhamos que discutir aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre a escassez. Porque retira o que é obrigatório com a folha de pagamento, que tem um crescimento vegetativo normal – e é justo que se gaste com a folha de pagamento no Município de Porto Alegre; retira da Saúde, cuja obrigatoriedade é 15%, mas se gasta quase 22% em Saúde, em Porto Alegre, mais 25% para a Educação, ou seja, sobra muito pouco para nós tratarmos aqui. Então, eu quero dizer, aqui – e eu vou participar, amanhã, Ver. Valter, da Reunião na CEFOR –, que, infelizmente, nós temos até o dia 15 de agosto, parece que é muito tempo, mas é pouco tempo, para tratarmos aqui do Plano Plurianual, mas nós devemos, sim, constituir nesta Casa uma forma para que possamos ajudar todos os Municípios do Brasil a terem um incremento de Receitas, para que nós possamos tratar nos Municípios brasileiros não a escassez, e sim, realmente, Orçamentos que possam resolver onde as pessoas vivem melhor, os problemas que tem cada uma das comunidades. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Ver. Carlos Nedel; Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, realmente, nós precisamos que muitos investimentos sejam feitos, principalmente nas áreas da Saúde e da Educação. O Ver. Alberto Kopittke falou aqui o que é previsto para a área de Segurança. Acho que cabe a esta Câmara discutir e levar isso à União dos Vereadores, assim como o nosso Prefeito de Porto Alegre, como Presidente da Associação Brasileira de Prefeitos, a nossa Assembleia Legislativa e os nossos Parlamentares teriam que fazer um novo pacto federativo. Nós não podemos ver uma concentração imensa de impostos na União, já que 100% das taxas ficam na União,

pág. 61

assim como 62% dos impostos arrecadados ficam também com a União, mas a maioria dos serviços disponibilizados pelos Municípios é de responsabilidade dos Municípios. Os repasses da União para os Municípios, hoje, são insuficientes para resolver os seus problemas fundamentais, dentre eles a Saúde. Nós vimos várias regiões do nosso Estado disputando um hospital regional; na realidade, isso não iria resolver o problema da Saúde, somente se fosse um hospital federal, porque os recursos estão na União. Os recursos que viriam seriam para que o hospital ficasse mendigando dinheiro e repasses da União. Assim também é a questão da Educação. É imprescindível nós termos uma Educação de base com salários melhores para os professores, com mais investimentos.

Parabenizo os Vereadores que estão indo participar do ato, do qual também participaremos, em defesa da paz, para que não haja confronto, para que não haja depredação do patrimônio público e para que não haja agressividade para com os manifestantes que buscam um mundo melhor para todos, um mundo mais justo.

Também buscamos que a Educação seja, de fato, de qualidade e para termos o que nós defendemos: uma escola de turno integral, com repasse de mais verbas da União. É como a questão da Segurança; hoje já se cobra, e vimos aqui o Alberto Kopittke cobrando isso, que o Município invista em Segurança, só que, constitucionalmente, é este o papel da União e do Estado. Constitucionalmente, quem investe em Segurança pública são a União e o Estado, e já cobramos que o Município invista em Segurança pública. Estamos invertendo os papéis de cada ente da Federação. Estamos invertendo! Cabe à União investir em Saúde, mas se cobra do Município; cabe à União investir em Educação, mas se cobra do Município, que cada vez recebe menos repasses da União, sendo que hoje são repassados apenas 14% de tudo o que é arrecadado para os Municípios, tendo os prefeitos, vereadores, deputados e governadores que pedir, de pires na mão, recursos para a União. Então, esse Plano Plurianual é o que pode ser feito, Ver. Valter Nagelstein, porque o Governo Federal – já falou aqui o Cassio Trogildo – reduziu o IPI, por solicitação do movimento sindical que eu represento, só que essa redução foi tirada dos Municípios. O nosso Município, Porto Alegre, com a redução de IPI que o Governo Federal deu para as indústrias automobilísticas do nosso Estado, perdeu R\$ 19 milhões no ano passado – R\$ 19 milhões! –, que seriam investidos para o povo de Porto Alegre, e deixaram de entrar para os cofres da Prefeitura.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cláudio Janta, eu quero voltar um pouquinho atrás, quando tu falaste de Segurança. Eu tenho certeza absoluta de que o Governador Tarso Genro tem feito a sua parte, investindo em Segurança. Claro que não é tudo que se precisava, mas ele tem feito a sua parte, porque o sonho da Polícia Civil era ter um helicóptero equipado, e hoje tem, graças ao Governador Tarso que, corajosamente, colocou um helicóptero para a Polícia Civil. É importante, muito importante, porque foi um sonho de décadas da Polícia, e passaram vários Governadores, inclusive Governadores do Partido deles que sequer olharam para a Polícia Civil. Então, eu acho que a questão de Segurança está funcionando. Mas, também, como V. Exa. falou, as coisas, em contrapartida, também têm que funcionar melhor. Por exemplo, eu sou contra bancos; esses banqueiros são um absurdo! Eu acho que V. Exa. também concorda comigo, porque o banco deveria pagar mais impostos; esses, sim, deveriam pagar mais impostos para o Município, Estado e ao País, porque os bancos tomam muito e pagam muito pouco.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Obrigado, Ver. Brasinha. O investimento em Segurança deve priorizar o cidadão, o agente de segurança, o professor, os profissionais de Saúde, que realmente dão essa sustentabilidade ao povo. O Governo fez o Plano Plurianual para até 2017, não é o ideal, ou o que o Governo sonhava em fazer, mas é o que pode ser feito dentro dos recursos disponibilizados ao Governo, que vêm da União. E, a cada ano, esses repasses vêm sendo diminuídos e atrasados, nós temos que aperfeiçoar isso. Com certeza, cabe a nós, melhorar esse Plano plurianual, procurar alternativas para a questão da Saúde, principalmente para abrir os postos 24 horas. Cabe a nós procurar saídas para Educação, com escolas de turno integral; para Segurança do povo de Porto Alegre. Com certeza, todas as Bancadas, os 36 Vereadores que compõem esta Câmara e o Executivo, irão procurar melhorar a vida dos trabalhadores e da população de Porto Alegre, com força e fé.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Lourdes Sprenger): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Pauta Especial.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Ver.^a Lourdes Sprenger, companheira de Partido, quadro feminino que qualificou e engrandeceu a Bancada do nosso PMDB, é uma satisfação ocupar a tribuna e me dirigir a V. Exa. na presidência dos trabalhos; Srs. Vereadores, Ver. Elizandro, Ver. Cassio, Ver. Cláudio Janta, Ver. Alceu Brasinha, quero me referir à presença do nosso Secretário Municipal do Meio Ambiente que assumiu essa difícil e árdua missão. Quero dizer que ele também qualifica este momento aqui na Câmara de Vereadores.

Sra. Presidente, eu tomo a liberdade de sugerir que o Secretário Cláudio Dilda, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, seja convidado a adentrar o nosso plenário, e que ocupe uma cadeira. Vejo aqui também os nossos servidores da SMIC com quem eu trabalhei por dois anos e de quem eu recolho uma lição...

A SRA. PRESIDENTE (Lourdes Sprenger): Convido o Secretário para ocupar lugar à mesa.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: ...uma lição de dedicação e qualidade no serviço público. Daqui a pouco, vocês estarão sendo homenageados, às 18h30min e, portanto, eu quero cumprimentá-los pela justa homenagem que estão recebendo. O Ver. Alceu Brasinha também conhece o trabalho dos nossos fiscais da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador Valter, realmente é um belo reconhecimento, e V. Exa. sabe que o quadro de funcionários da SMIC é um quadro que trabalha muito, que é competente e atuante, eles são reconhecidos. O Rogério vai ser homenageado hoje, ele que é um extraordinário profissional, uma pessoa que exerce um trabalho da mais alta qualidade no Município. Então, a SMIC e a equipe de funcionários da fiscalização estão de parabéns.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Muito obrigado, Ver. Brasinha, o senhor tem razão.

Mas eu quero entrar no assunto da nossa Pauta Especial. O Ver. Cláudio Janta, seguindo a linha do Ver. Cassio, falava da perversidade do modelo tributário brasileiro. E é verdade! Se nós imaginarmos que o dinheiro tem que sair daqui, do bolso de cada um de nós, e ir até Brasília, fazer esse pequeno passeio, para retornar até as prefeituras municipais, nós já vamos ver que tem algo muito errado nesse sistema. O passeio que o dinheiro faz e as instâncias que ele tem que percorrer, ensejam e facilitam o desvio, inclusive na visão de onde é próprio e adequado alocar os recursos públicos! Porque é impossível, Ver.^a Lourdes, lá de Brasília, saber das peculiaridades de Aceguá, na fronteira do Rio Grande do Sul, ou de Petrolina, lá em Pernambuco, ou do Acre. É muito difícil. Então, o modelo foi errado, Ver. Cláudio Janta. E o problema é que também nós não enxergamos perspectiva nem horizonte de mudar essa questão. A população tem saído às ruas num movimento que nós ainda não conseguimos dimensionar a sua extensão. Mas nós sabemos que estão represados no seio da sociedade brasileira 500 anos de insatisfações. Se pegarmos o livro do Eduardo Bueno, o Peninha – que fala a respeito da vinda dos portugueses e da colonização do Brasil, dos degradados, dos desterrados, da forma como a aristocracia portuguesa se comportava e, infelizmente, dos vícios que nós herdamos, Ver. Cláudio Janta, do patrimonialismo, da burocracia, que é um vício – nós encontraremos as razões pelas quais os jovens estão ganhando as ruas, de alguma forma também equivocados, é verdade e é importante que se diga, porque grande parte do móvel por trás dessas manifestações é inspirado no que já foi derrotado pela história. O que inspira grande parte dessas manifestações, e o vetor inicial, são partidos de extrema esquerda que propugnam, que propalam a ideia do comunismo – e isso não é uma redução simplória do fenômeno, mas é a verdade –, e, verdade seja dita: esse modelo foi derrotado pela história. Agora, não afasta o resto, que é esse sentimento legítimo e genuíno de indignação, meu caro Marcelo Neubauer, da sociedade brasileira, e de um basta com tudo isso que a gente vê todos os dias e que repercute em todos nós, Parlamentares, ou na classe política, porque as pessoas começaram a desacreditar de tudo a partir de nós, políticos brasileiros, e temos que ter a humildade e a consciência de reconhecer isso e vermos que precisamos de alguma forma mudar, senão vamos ser tragados por esse fenômeno.

É isso que eu falava com o nosso brilhante Diretor Legislativo, e as conversas são sempre proveitosas: não importa ou importa sabermos por que está acontecendo isso, mas

importa pensarmos como será o *day after*, o dia seguinte. Se nós estamos, com toda razão, revoltados com tudo que está aí, o que vamos implantar no dia seguinte, quando acabarmos com as instituições, quando nós fizermos terra arrasada? E, em muito, volto a dizer: a corrupção é uma chaga; os desmandos são uma chaga; as corporações só pensam nelas; a burocracia é um terror; a insegurança campeia, a saúde não há. Parece-me que está tudo errado, mas, no dia em que nós acabarmos com isso, com a Justiça que não é justa porque é morosa, e, se é morosa, não se faz Justiça, com a história de que só pobre vai para cadeia no nosso País – e que em muito é verdade –, mas, e no dia em que acabarmos com tudo isso? É a pergunta que eu quero deixar daqui da tribuna, retumbando: qual a agenda que está posta, hoje, neste contexto, Cassio, para o dia seguinte? Parece-me que, infelizmente, não há. Há, inclusive, uma agenda de negação dos Partidos políticos, de negação da democracia, e todo o mundo está indo nessa porque é bonito.

Então, nós precisamos fazer esta reflexão, porque, como eu disse: ela nasce aqui e termina aqui; nasce da insatisfação com os políticos, e ela se destina exatamente a acabar com a política da forma com que nós a praticamos e como nós a conhecemos, com razões e sem razões, mas precisamos pensar para o além, no que vai acontecer. Eu não sei responder. Eu não tenho esta resposta.

O que eu gostaria, de fato, e aquilo no que eu acredito é que nós pudéssemos construir uma sociedade desenvolvida nos marcos da liberdade econômica, nos marcos da segurança jurídica, nos marcos de que alguém que comete um delito vá imediatamente à frente de um juiz, com a presença do Ministério Público, e que ali se arbitre uma pena, ou se diga que vai pagar, e que isso seja rápido, que os litígios civis também sejam resolvidos rapidamente. Portanto, é preciso uma reforma no sistema judiciário; que os 35% de imposto que eu pago no País e que não retornam em nada de serviço público também sejam revistos numa reforma tributária; que esta carga tributária que eu pago e que vai para Brasília também seja revista. Mas eu não vejo horizonte nenhum de nada dessas coisas de que estamos falando. De nada!

Portanto, Sra. Presidente, eu tenho também um pessimismo, ao mesmo tempo em que faço esta reflexão. Acho que é importante discutirmos o PPA, mas importante também é comprometermos o Governo em executar aquelas Emendas que forem aprovadas pelos Vereadores, respeitar o Legislativo, Ver. Cláudio Janta. E acho que temos “escolhas de

Sofia”, sempre, como bem disse V. Exa., como aquela mãe que teve que escolher entre um filho e outro, pois, se não escolhesse entre um e outro, os nazistas matavam os dois. É perverso ter que escolher entre Segurança pública e Saúde, porque a população precisa dos dois. O que nós precisamos, de fato, é de uma reforma total no nosso País. E a façamos nós, os políticos, antes que sejamos atropelados pela sociedade que, com razão, clama nas ruas por uma melhora e pela redenção definitiva daquele País que se prometia um gigante, que é um gigante adormecido, e que, até hoje... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...sonega aos seus filhos os mais básicos dos direitos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Lourdes Sprenger): Encerrada a discussão da Pauta Especial.

Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente. O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Ausente.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h25min.)